



**UnB**

Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Ciência da Informação – FCI  
Curso de Graduação em Biblioteconomia

**ANÁLISE DO REPOSITÓRIO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA NO CONTEXTO  
DO ACESSO ABERTO**

Giovana Cavalcanti de Mesquita

Orientadora: Michelli Pereira da Costa

Brasília

2021

GIOVANA CAVALCANTI DE MESQUITA

**ANÁLISE DO REPOSITÓRIO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA NO CONTEXTO  
DO ACESSO ABERTO**

Projeto de monografia realizado no curso de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Dra. Michelli Pereira da Costa.

Brasília

2021

MESQUITA, Giovana Cavalcanti de.

Análise do repositório do Ministério da Economia no contexto do acesso aberto / Giovana Cavalcanti de Mesquita. – Brasília, 2021.

74 f.

Orientação: Prof. Dra. Michelli Pereira da Costa.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** Análise do repositório do Ministério da Economia no contexto do acesso aberto

**Autor(a):** Giovana Cavalcanti de Mesquita

Monografia apresentada remotamente em **04 de novembro de 2021** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Michelli Pereira da Costa

Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Rogério Henrique de Araújo Júnior

Membro Interno (FCI/UnB): Dr. André Luiz Appel

Em 12/11/2021.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Appel, Usuário Externo**, em 12/11/2021, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Henrique de Araujo Junior, Vice-Diretor(a) da Faculdade de Ciência da Informação**, em 12/11/2021, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Giovana Cavalcanti de Mesquita, Usuário Externo**, em 12/11/2021, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 16/11/2021, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7383793** e o código CRC **B927C502**.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus pela minha vida e por Sua infinita bondade.

A minha orientadora, Prof. Dra. Michelli Pereira da Costa que me acompanhou e prestou todo o auxílio necessário para a construção desse trabalho.

Aos meus colegas de profissão no Ministério da Economia, sempre dispostos a me auxiliarem.

Aos meus pais, por todo amor, ensinamentos e incentivo.

Aos meus amigos por sempre estarem do meu lado.

Ao apoio técnico e computacional do Laboratório de Tecnologias da Tomada de Decisão - LATITUDE, da Universidade de Brasília, que conta com apoio do CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa (Outorgas 312180/2019-5 PQ-2, BRICS2017-591 LargEWiN e 465741/2014-2 INCT em Cibersegurança), da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Outorgas 23038.007604/2014-69 FORTE e 88887.144009/2017-00 PROBRAL), da FAP-DF - Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (Outorgas 0193.001366/2016 UIoT e 0193.001365/2016 SSDDC), do Ministério da Economia (Outorgas 005/2016 DIPLA e 083/2016 ENAP), da Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República do Brasil (Outorga ABIN 002/2017), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Outorga CADE 08700.000047/2019-14), da Advocacia Geral da União (Outorga AGU 697.935/2019), do Ministério das Cidades, (Outorga MC 01/2019), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, (Outorga MJSP 01/2019) e dos Decanatos de Pesquisa e Inovação e de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (DPI/DPG/UnB).

## RESUMO

Apresenta a Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME) de acordo com as estratégias de acesso aberto utilizando da metodologia de pesquisa bibliográfica e documental para apresentar uma descrição teórica dos processos estabelecidos pelas declarações sobre o tema e suas implicações para o âmbito digital, mais especificamente ao que se refere às bibliotecas digitais e repositórios institucionais. O projeto elencou os quesitos de implementação da Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME) e suas características, por meio de uma pesquisa de levantamento da literatura da área para realizar uma avaliação, pautada nos instrumentos de acesso aberto, na BDME. Por fim, concluindo sobre as ameaças e oportunidades da biblioteca digital a respeito do seu alinhamento com as estratégias de ampliar a visibilidade da informação científica e contribuir com o acesso aberto.

**Palavras-chave:** Acesso Aberto. Avaliação. Biblioteca Digital. Biblioteca Digital do Ministério da Economia. Repositório Institucional.

## ABSTRACT

It presents the Ministry of Economy's Digital Library (BDME) in accordance with open access strategies using bibliographic and documentary research methodology to present a theoretical description of the processes established by the statements on the subject and their implications for the digital sphere, more specifically with regard to digital libraries and institutional repositories. The project listed the implementation requirements of the Ministry of Economy's Digital Library (BDME) and its characteristics, through a survey of literature in the area to carry out an assessment, based on open access instruments, in the BDME. Finally, concluding about the threats and opportunities of the digital library regarding its alignment with strategies to increase the visibility of scientific information and contribute to open access.

**Keywords:** Open Access. Evaluation. Digital library. Ministry of Economy Digital Library. Institutional Repository.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da revisão de literatura.....	16
Figura 2 – Estrutura para o projeto.....	37
Figura 3 – Procedimentos metodológicos .....	41
Figura 4 – Número de itens da BDME.....	54
Figura 5 – Assuntos presentes na BDME.....	56
Figura 6 – Registro da licença aplicada ao item da BDME.....	57
Figura 7 – Comunidades da BDME .....	58
Figura 8 – Página de busca da BDME .....	59
Figura 9 – Tipos de navegação da BDME.....	60
Figura 10 – Ato normativo que institui a BDME .....	62
Figura 11 – Direitos autorais da BDME .....	63

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trabalhos selecionados para identificação de requisitos para RI.....	39
Tabela 2 – Categoria de Repositório Institucional .....	43
Tabela 3 – Indicadores de avaliação para Repositório Institucional.....	46
Tabela 4 – Tipos de documentos da BDME .....	55

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>BDME</b>	Biblioteca Digital do Ministério da Economia
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>BOAI</b>	<i>Budapest Open Access Initiative</i>
<b>CC BY-NC-ND</b>	<i>Attribution-NonCommercial-NoDerivs</i>
<b>CI</b>	Ciência da Informação
<b>IBICT</b>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>ME</b>	Ministério da Economia
<b>OAI</b>	<i>Open Archives Initiative</i>
<b>OAI PMH</b>	<i>Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting</i>
<b>RI</b>	Repositório Institucional
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1.1 Problema de Pesquisa</b> .....	14
<b>1.2 Objetivos</b> .....	14
1.2.1 Objetivo Geral .....	14
1.2.2 Objetivos Específicos .....	14
1.3 Justificativa.....	15
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	16
2.1 Acesso Aberto .....	16
2.2 Biblioteca Digital e Repositório Institucional .....	24
2.3 Avaliações de Repositórios Institucionais.....	31
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	36
3.1 Caracterização da Pesquisa .....	36
3.2 Procedimentos Metodológicos .....	38
<b>4 INDICADORES DE AVALIAÇÃO PARA REPOSITÓRIOS DE ACESSO ABERTO</b> .....	42
<b>5 ESTRATÉGIAS DE ACESSO ABERTO APLICADAS NA BDME</b> .....	48
5.1 Apresentação da BDME .....	48
5.2 Objetivos da BDME .....	49
5.3 Implementação da BDME.....	50
<b>6 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA (BDME) DE ACORDO COM AS ESTRATÉGIAS DE ACESSO ABERTO</b> .....	53
<b>6.1 Gestão da Biblioteca Digital do Ministério da Economia</b> .....	53
6.1.1 Conteúdo.....	53
6.1.2 Organização .....	58
6.1.3 Povoamento .....	61
<b>6.2 Políticas da Biblioteca Digital do Ministério da Economia</b> .....	61
<b>6.3 Tecnologia da Biblioteca Digital do Ministério da Economia</b> .....	64
<b>CONCLUSÃO</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	68

## 1 INTRODUÇÃO

Na história, diversos sistemas informacionais, independentemente de denominações, buscaram promover e transmitir o conhecimento produzido. Sejam eles na forma de tabuletas de barro da Babilônia, passando pelo pergaminho na Ásia Menor, pelo papiro no Egito, até chegar aos dias atuais, quer com o suporte papel, quer com o magnético, as bibliotecas sempre trouxeram consigo a memória humana registrada e se tornaram responsáveis pela transmissão e pelo provimento dos saberes produzidos (CARVALHO; KANISKI, 2000). Além da função de armazenamento, conceitos como recuperação e disseminação da informação foram acrescentados as responsabilidades desses organismos no decorrer da história.

As complexidades trazidas pela era da informação e a necessidade de atualizar o papel dos sistemas de informação deram origem uma ciência que compreendesse esse fenômeno. Segundo Queiroz e Moura (2015) a Ciência da Informação (CI) surge, em decorrência, principalmente, dos estudos a respeito da recuperação da informação que ocorre diante da imensa quantidade e variedade de informações surgidas a partir da década de 1940. Utilizando das áreas de Biblioteconomia, Informática, Psicologia, Comunicação, entre outras disciplinas para sua construção.

Em meados do século XX, os profissionais da Ciência da Informação, dentre eles os bibliotecários, passaram a utilizar os procedimentos técnicos de recuperação da informação, não apenas para a sua preservação, mas especialmente para a sua disseminação ao usuário (SALCEDO *et al*, 2017). Nesse momento as bibliotecas saem do papel de armazenadoras e assumem uma função de disseminação de informação dentro do processo de comunicação.

Ao tornar o usuário e suas demandas um dos objetos de estudo principais da CI, a biblioteca e os centros de informação modificam a sua filosofia, prezando, agora, pelo acesso aos conteúdos ao acúmulo de conhecimento, buscando dinamizar comunicação e a interação entre os indivíduos através de “investimentos que envolvem o compartilhamento de recursos informacionais, o trabalho em rede, minimizando pontos deficitários e eliminando barreiras informacionais” (CARVALHO; KANISKI, 2000).

Nesse contexto, as tecnologias de informação e o advento do acesso aberto apresentam uma nova forma de comunicação científica, na qual as informações são multiplicadas e disseminadas de forma rápida e em vários formatos. O uso de ferramentas digitais, com o auxílio da internet possibilita maior rapidez no desenvolvimento de pesquisas e maior troca de informações entre cientistas de todo mundo. Porém, apesar das melhorias no compartilhamento de informações, os altos custos impostos a publicações científicas se tornaram uma barreira ao acesso a informação, chegando ao seu ápice em meados da década de 1980 (TORINO; TORINO; PAIVA, 2011).

A crise dos periódicos, entre as décadas de 1970 e 1980, gerada pelo aumento preços de assinaturas de periódicos científicos impulsionou as discussões do movimento do acesso aberto. Em âmbito digital, o acesso aberto apresentou uma nova forma de comunicação científica, se consolidando como “modelo de negócios e política de publicação de resultados de pesquisa financiada com recursos públicos em todo o mundo, apoiada por mandatos de instituições, agências de fomento e tomadores de decisão” (NASSI-CALÒ, 2016).

Dentre os acontecimentos relevantes que fomentaram o acesso aberto, destaca-se a declaração da Budapest Open Access Initiative (BOAI) em 2002, que definiu importantes parâmetros para o acesso aberto como o protocolo de interoperabilidade entre fontes online, o Open Access Initiative-Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH) e o uso das estratégias de auto-arquivamento e periódicos publicados em acesso aberto, conhecida como via verde e dourada <sup>1</sup>respectivamente.

Essa declaração também foi uma importante ferramenta para que diversas instituições, incentivadas pela proposta da via verde, desenvolvessem seus projetos de Repositório Institucional (RI) de acesso aberto, como ferramentas para auxiliar no tratamento dos documentos produzidos.

Por definição, “o repositório digital é programas que tem por finalidade armazenar, preservar, garantir o livre acesso e disseminar de forma ampla, toda

---

<sup>1</sup> Via Verde – Green Road Open Access: O autor retém os direitos autorais e tem permissão para colocar cópias do artigo em um repositório ou em seu próprio site. Via Dourada – Gold Road Open Access: O artigo é publicado em uma revista de Acesso Aberto. Disponível em: <<https://www.acessoaberto.usp.br/entenda-o-que-e-acesso-aberto/>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

literatura produzida por uma determinada instituição através internet” (AGENOR FILHO *et al*, 2012), atendendo as necessidades dos usuários. Dessa forma, a avaliação desse sistema de informação é fundamental no acompanhamento do seu desempenho, visando melhorar os serviços oferecidos, tanto em prol da gestão da informação quanto das necessidades dos usuários.

Dentre as instituições que desenvolveram um sistema de informação em acesso aberto com intuito de preservar e disseminar informações técnicas e científicas e se beneficiar das estratégias de ampla divulgação de seus documentos para todos aqueles que necessitassem, encontra-se o Ministério da Economia com o projeto da Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME).

A BDME foi desenvolvida visando organizar, armazenar, gerenciar, preservar, recuperar e difundir documentos, em formato digital, produzidos por servidores e pelas unidades do órgão a todos os cidadãos que desejem informações sobre o órgão.

Dessa forma, o objetivo dessa monografia é detectar os pontos necessários para um repositório digital ser caracterizado como uma ferramenta de acesso aberto, e assim, avaliar a BDME com base nos requisitos encontrados, objetivando compreender o desempenho dessa biblioteca digital diante das estratégias da via verde para o acesso aberto.

O trabalho foi estruturado da seguinte forma: no capítulo 1 é apresentado a introdução do trabalho, discorrendo sobre os tópicos abordados, incluindo o problema da pesquisa tal como seus objetivos gerais e específicos, sendo apresentado, também, a justificativa do trabalho. O capítulo 2, levanta, por meio de revisão de literatura, as características dos temas abordados pelo trabalho: acesso aberto, biblioteca digital e repositório institucional e avaliação de repositórios institucionais. O capítulo 4 apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. Dentro do capítulo 4 é apresentado os indicadores de avaliação para repositórios de acesso aberto selecionados a partir de trabalhos sobre o tema. O capítulo 5 explicita as estratégias de acesso aberto aplicadas na BDME, apresentando o repositório e descrevendo seus objetivos e implementação. O capítulo 6 realiza a avaliação da BDME a partir do instrumento de avaliação para Repositório Institucional e por fim, o capítulo 7 apresenta as conclusões acerca do trabalho.

## 1.1 Problema de pesquisa

O Ministério da Economia (ME) é um órgão governamental cujas informações relacionadas a ele são de interesse de todos os cidadãos, em virtude disso, foi desenvolvida dentro da Biblioteca do Ministério da Economia uma iniciativa de um repositório institucional que fosse responsável por reunir a produção científica do ME e dos órgãos relacionados a ele. Posteriormente nomeado de Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME), esse repositório demonstrou a necessidade de aderir a uma política de acesso aberto para a ampla divulgação. A partir disso, o trabalho tem o objetivo relacionado com a seguinte problemática: Em que medida a Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME) está em conformidade com as orientações destinadas aos repositórios institucionais de acesso aberto?

## 1.2 Objetivos

Esse trabalho propõe dissertar acerca das propostas do objetivo geral e dos objetivos específicos a seguir.

### 1.2.1 Objetivo geral

Estudar pela perspectiva do movimento de acesso aberto o desenvolvimento da Biblioteca Digital do Ministério da Economia.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os requisitos necessários para uma Biblioteca Digital ser considerada de acesso aberto;
- b) Levantar os requisitos implementados na criação da BDME;
- c) Avaliar a Biblioteca Digital do Ministério da Economia, a partir de instrumentos de análise dos repositórios de acesso aberto.

### 1.3 Justificativa

Bibliotecas tradicionais são organismos de conhecimento responsáveis pela guarda, conservação e disseminação de documentos produzidos ao longo da história da humanidade, já as bibliotecas digitais se caracterizam como instrumentos digitais que desempenham os mesmos papéis das bibliotecas físicas, porém tratam da informação em ambiente eletrônico.

Segundo Borges (2018), as bibliotecas digitais são definidas como uma entidade aonde os recursos de informação são de natureza digital geridos por meios também digitais. Essa ferramenta atua com os mesmos valores da biblioteca física, porém a biblioteca digital visa superar as limitações de acesso das bibliotecas físicas através do uso de tecnologias da informação.

Um dos obstáculos enfrentados pela biblioteca física que são deslocados no contexto das bibliotecas digitais é o difícil acesso aos conteúdos de uma determinada instituição. Porém outro ponto que foi motivador para a implementação desses repositórios digitais foi o surgimento do movimento de acesso aberto que apresentava a necessidade da disponibilização de informações científicas gratuitas em ambientes digitais.

A BDME foi desenvolvida pela Biblioteca do Ministério da Economia visando contribuir com os objetivos do acesso aberto, incluindo incentivar a produção de publicações em formatos digitais e promover a interoperabilidade de conteúdo digital (BDME, 2021).

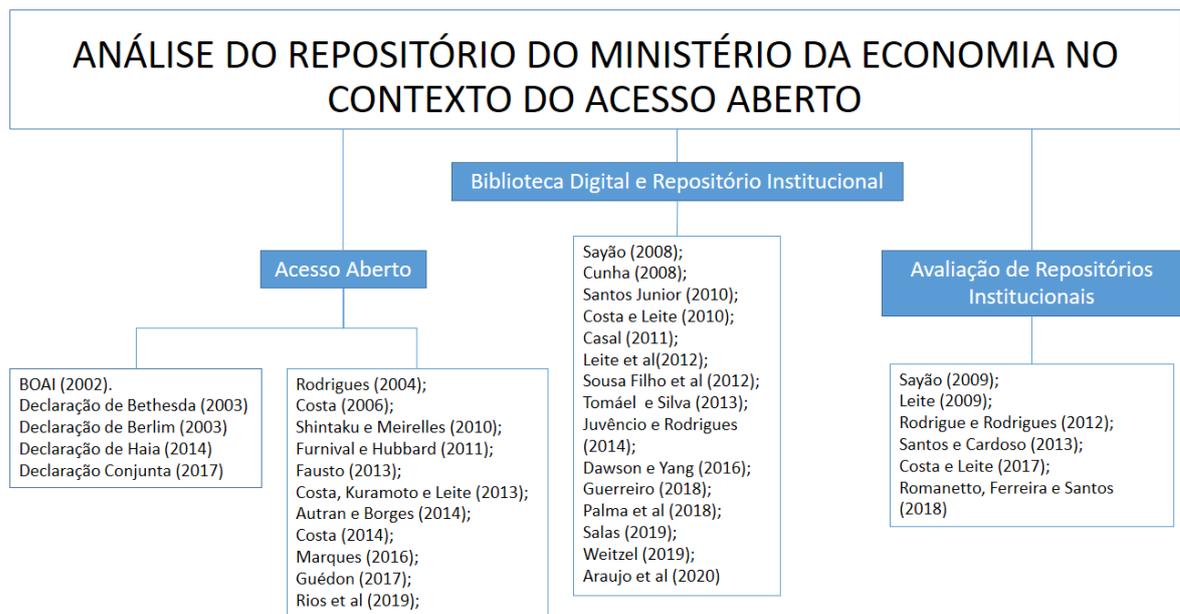
Com esse estudo será possível levantar dados referentes ao acesso aberto e bibliotecas digitais, e assim realizar uma avaliação da Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME), demonstrando os parâmetros que caracterizam um repositório digital de acesso aberto. Como resultado será apresentado a identificação das oportunidades e ameaças da BDME devido ao seu objetivo de promoção de amplo acesso dos conteúdos disponibilizados no contexto do movimento internacional em prol do acesso aberto à informação científica.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura, também chamada de revisão bibliográfica, é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema (GIL, 2017).

Para Moulin, Oliveira e Rosa (2012), a revisão de literatura deve ser realizada em função do presente problema de pesquisa, explicitando o contexto teórico no qual o problema se insere. A partir disso, o presente trabalho busca contextualizar através da análise bibliográfica a importância do problema de pesquisa proposto, separando a revisão em três tópicos principais: Acesso Aberto, Biblioteca digital e repositório institucional e avaliação de repositório institucional, como demonstrado no mapeamento abaixo.

Figura 1 - Mapa da revisão de literatura



Fonte: Autoria Própria.

### 2.1 Acesso aberto

Entre as décadas de 1970 e 1980 houve um aumento significativo nos preços das publicações científicas, levando a chama crise dos periódicos no final dos anos

80. Esse aumento acarretou, entre outras consequências, uma diminuição no número de revistas assinadas pelas bibliotecas das universidades e outras instituições científicas. Gerando uma perda de eficiência do sistema de comunicação da ciência e limitações ao impacto e reconhecimento dos resultados alcançados pelos investigadores e as instituições onde trabalham. Essa questão surge ao mesmo tempo que a compreensão da utilização da Internet e da *Web* e de suas potencialidades e aplicações na publicação científica. Esses dois acontecimentos resultam no surgimento de várias iniciativas do que se começou a chamar de movimento do Acesso Aberto (RODRIGUES, 2004).

Para Fausto (2013), em sua compilação dos acontecimentos relevantes da história do acesso aberto, o lançamento do Projeto Gutenberg<sup>2</sup> (*Gutenberg Project*), em 1971, é considerado o principal marco inicial para o movimento do acesso aberto.

Já Rodrigues (2004) marca a consolidação do atual movimento do acesso aberto a partir de 1998 por meio de três acontecimentos: a criação da *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition*<sup>3</sup> (SPARC) pela *Association of Research Libraries* (ARL), o lançamento do Fórum da *American Scientist*<sup>4</sup> e o início de uma vaga de “Declarações de Independência”.<sup>5</sup>

Em 2002, surge a primeira declaração internacional sobre o acesso aberto. A literatura referente a essa iniciativa, chamada de Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI - *Budapest Open Access Initiative*), elucida o movimento mundial a favor do acesso aberto em prol da comunicação científica. Apesar da ideia do *Open Access* (Acesso Aberto) já ter sido mencionada anteriormente, a BOAI teve um papel essencial na implementação desse conceito pois ela foi “a primeira a propor

---

<sup>2</sup> O Projeto Gutenberg foi criado por Michael Hart e foi o primeiro provedor de livros eletrônicos ou ebooks gratuitos. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/about/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

<sup>3</sup> Criada em 1998, a SPARC trabalha para permitir o compartilhamento aberto de resultados de pesquisa e materiais educacionais a fim de democratizar o acesso ao conhecimento. Disponível em: <<https://sparcopen.org/who-we-are/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

<sup>4</sup> O *American Scientist Open Access Forum*, foi lançado em 1998 e moderado por Stevan Harnad, é o fórum de discussão online mais antigo sobre Acesso Aberto, posteriormente é chamado de Global Open Access List (GOAL). Disponível em: <<http://mailman.ecs.soton.ac.uk/mailman/listinfo/goal>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

<sup>5</sup> Declaração de Independência, um termo usado pela SPARC, significa a demissão dos editores (científicos) de uma revista, em protesto contra a sua política comercial, e o lançamento de uma revista semelhante junto de um editor mais amigável. Disponível em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/836/835>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

estratégias complementares para atingir o *Open Access*, a primeira a generalizar o apelo ao *Open Access* a todas as disciplinas e países, e a primeira a ser acompanhada por financiamento significativo” (BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002). Essa declaração ressalta que o acesso aberto:

À literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo aos usuários [...] usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet.

No ano seguinte, em 2003, duas declarações são publicadas apresentando em seus textos definições e conceitos para fomentar a discussão acerca do acesso aberto à literatura científica: a Declaração de Bethesda e a Declaração de Berlim.

Dentro da reunião realizada no *Howard Hughes Medical Institute*, cientistas, editores, bibliotecários, entre outros, ligado à informação na área biomédica buscaram definir o conceito de “publicação de Acesso Aberto”, através da Declaração de Bethesda, a fim de atingir o objetivo de acesso aberto à literatura científica o mais rápido possível, concluindo acerca das função dos autores de cederem acesso gratuito a suas publicações para divulgação e a importância da submissão desse documento - de acordo com os padrões *Open Archives* (arquivos abertos) - em repositórios digitais de instituições ligadas ao Movimento de Acesso Aberto. Já a Declaração de Berlim, aborda o acesso aberto ao conhecimento nas ciências e humanidades, destacando a importância de museus, para além de bibliotecas e arquivos, como também detentoras e produtoras de conhecimento, sendo assim, necessário que essas instituições disponham suas produções em repositórios abertos. (RIOS, Fatima Pinto *et al*, 2019)

Anos depois dessas declarações, em 2014, nasce a Declaração de Haia que explicita a visão da comunidade acadêmica europeia sobre a avalanche de dados em meio digital, criticando as estruturas legislativas em diferentes jurisdições que prejudicam tanto novas tecnologias como a mineração de conteúdo, quanto ao que se refere a leis de propriedade intelectual, *copyright* e leis de patentes, criando desigualdades no acesso à descoberta de conhecimento na era digital. Essa declaração apresenta novas preocupações do acesso aberto em ambiente web e a importância do usuário poder executar análises detalhadas de conteúdo

disponibilizado. (DUDZIAK, 2016). Já em 2017, no México, é adotada a Declaração Conjunta LATINDEX-REDALYC-CLACSO-IBICT<sup>6</sup>, que recomenda o uso da licença *Creative Commons* Atribuição-Não Comercial Compartilha Igual (CC BY-NC -SA, em inglês), para garantir a proteção da produção acadêmica e científica em acesso aberto.

No Brasil, antes da publicação das declarações que dissertam sobre o acesso aberto, em 1997 a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) lança uma biblioteca eletrônica conhecida como *Scientific Electronic Library Online* ou SciELO, ela foi um repositório que reuniu uma coleção de mais de 200 publicações brasileiras de acesso aberto de todos os campos do conhecimento, cujos artigos podem ser baixados da internet de forma livre e gratuita (MARQUES, 2016).

Guédon (2017) destaca que as agências financiadoras do estado de São Paulo entenderam que a melhor forma de fazer os periódicos brasileiros serem notados e respeitados no mundo envolvia não apenas colocá-los em acesso aberto, mas também permitir que os autores contribuíssem com seus trabalhos sem pagar. Dessa forma, a SciELO foi um dos projetos pilotos que buscaram aumentar a visibilidade e a disseminação das publicações científicas brasileiras a nível internacional.

Em 2005, visando seguir a tendência mundial o IBICT (Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia) apresenta a necessidade do Brasil se manifestar a favor do acesso livre à informação científica. Diante da carência de visibilidade a pesquisa, aos pesquisadores e as instituições nacionais no âmbito científico, esse instituto propõe o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, baseados nos termos da Declaração de Berlim. O documento tratou sobre “aderir ao movimento mundial e estabelecer uma política nacional de acesso livre a informação científica” (IBICT, 2005), a partir da colaboração de 5 grupos diferentes diretamente ligados a esse assunto: as instituições acadêmicas, pesquisadores, agências de fomento,

---

<sup>6</sup> Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, do Caribe, Espanha e Portugal (LATINDEX), a Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal (REDALYC), o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

editoras comerciais e editoras não comerciais que buscaram trabalhar em conjunto para se “comprometer a colaborar para que os resultados de pesquisas realizadas no país estejam disponíveis livremente para acesso” (IBICT, 2005).

O conceito de acesso aberto definidos nas declarações são amplamente utilizados pela comunidade científica, pois segundo Rios (2019) esses documentos “ênfatizam em seus textos a importância do acesso aberto à informação científica, por meio das tecnologias, em especial a internet, por possibilitar uma infinidade de recursos aos seus usuários”. Buscando remover barreiras e assim viabilizar o progresso do conhecimento científico.

Para Costa (2006) um dos tópicos do acesso aberto reflete nas “mudanças no processo de comunicação científica como resultado da introdução de tecnologias de informação e comunicação no ambiente da pesquisa” ocorridas no início dos anos 2000. Surge, então, um novo processo a partir do uso de ferramentas no ambiente digital que oferece um maior subsídio para a discussão do tema acesso aberto.

Desde o início dos anos 90, segundo Guédon (2017), em sua “reflexão abrangente” publicada em virtude dos 15 anos da BOAI e intitulada “*Open Access: Toward the Internet of the Mind*”, eram levantadas questões relacionadas ao acesso aberto que discutiam modelos de negócios adequados para periódicos, ou, forma de coordenar e organizar os vários servidores que abrigava o auto arquivamento publicações. Em Outubro de 1999, ocorre a Convenção de Santa Fé, que busca sanar alguns desses questionamentos, a partir de um método de disponibilização de metadados em repositórios de *e-prints* de forma gratuita, essa reunião também buscou encontrar soluções para a interoperabilidade de documentos científicos entre os repositórios, isso leva a criação do “*Open Archive Initiative*” (OAI) nos anos 2000, que consiste em:

Desenvolver e promover padrões de interoperabilidade que visam facilitar a disseminação eficiente de conteúdo. A *Open Archives Initiative* tem suas raízes em um esforço para melhorar o acesso aos arquivos impressos eletrônicos como um meio de aumentar a disponibilidade da comunicação científica.

O *Open Archive Initiative* (OAI), é a primeira versão do que será conhecido posteriormente, no início de 2001, como *Open Archives Initiative Protocol for Metadata*

*Harvesting* (OAI-PMH), um protocolo com “mecanismo de baixa barreira para a interoperabilidade entre repositórios” baseado no *harvesting* (coleta) dos metadados, onde os provedores de serviço (*service providers*), fazem solicitações de serviço OAI-PMH para a coleta de metadados em provedores de dados (*data providers*).

Ainda em 2001, o “*Open Archive Initiative*” (OAI), possibilitou o surgimento de “*softwares*” de gerenciamento livre para construção de ferramentas que proporcionem o acesso aberto publicações científicas como o: *Open Journal System* (OJS), o *DSpace*, entre outros.

O *Open Journal System* (OJS), um *software* livre que gerencia e publica periódicos científicos, foi criado pela *Public Knowledge Project* (PKP) e propagado no Brasil pelo IBICT como Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).<sup>7</sup>

Em 2004, o IBICT fez a primeira tradução do *software DSpace*, desenvolvido pelo MIT. O *DSpace* é uma ferramenta para construção de repositórios digitais abertos que “preserva e permite acesso fácil e aberto a todos os tipos de conteúdo digital, incluindo texto, imagens, imagens em movimento, vídeos e conjuntos de dados”. (DSpace, 2021). Para Bauduin e Branschofsky (2004) o *DSpace*, transcende ser puramente um aplicativo, tornando-se um projeto, serviço e *software*. Ao compreender o papel de uma ferramenta personalizável para atender as necessidades de cada tipo de organização, ele acaba por “possuir significados diferentes dependendo dos usuários ou da área de atuação” (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010).

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), também lançada pelo IBICT, no final de 2002, utiliza em seu repositório o *software DSpace*<sup>8</sup> permitindo, então, a essa biblioteca “integrar os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil” (IBICT, 2021). Esse processo de integração ocorre através das Instituições de Ensino Superior (IES) que alimentam suas bases de dados e a BDTD por meio do protocolo OAI-PMH faz o uso do *harvest*<sup>9</sup> para recolher os metadados e adicioná-los a seu repositório,

---

<sup>7</sup> O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é uma ferramenta recomendada pela CAPES e contempla ações essenciais à automação das atividades de editoração de periódicos científicos. Disponível em: <<https://ibict.br/tecnologias-para-informacao/seer>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

<sup>8</sup> O *DSpace* possui módulo nativo, pré-configurado, de comunicação por meio do protocolo OAI-PMH e OAI-ORE. Disponível em: <[http://wiki.ibict.br/index.php/Potocolos\\_OAI-PMH/\\_OAI-ORE](http://wiki.ibict.br/index.php/Potocolos_OAI-PMH/_OAI-ORE)>. Acesso em: 10 abr. 2021.

posteriormente a BDTD realiza esse mesmo processo para que através do protocolo ela sirva como provedor de dados para a *Networked Digital Library of Thesis and Dissertations* (NDLTD), uma biblioteca digital de teses e dissertações de nível mundial.

As declarações de acesso aberto internacionalmente conhecidas como BBB: Budapeste (2002), Bethesda (2003) e Berlim (2003) dissertam sobre diversos pontos relacionados a publicação de documentos científicos e suas submissões em repositórios digitais de acesso aberto por todo o mundo, Costa (2014, p.16) destaca um deles: o estabelecimento do direito ao acesso livre à informação científica por meio da atribuição de licenças de uso e distribuição.

A questão das barreiras de permissão é “respondida”, normalmente, através da licença *Creative Commons* que busca “dar a todos, desde criadores individuais a grandes instituições, uma maneira padronizada de conceder ao público permissão para usar seu trabalho criativo de acordo com as leis de direitos autorais” (CREATIVE COMMONS, 2021). A Declaração de Budapeste reafirma por meio de texto “Dez anos depois da Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste: definindo o padrão para aberto” (2012) a recomendação do uso da CC-BY para a publicação, distribuição, uso e reutilização de trabalhos acadêmicos.

Nesse texto, também é reafirmado as duas estratégias do Acesso Aberto – auto arquivamento e periódicos científicos – onde são definidos que os repositórios e as revistas “não são apenas meios diretos e efetivos para este propósito (do acesso aberto, como estão ao alcance dos próprios acadêmicos (BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002), ressaltando a autonomia dos próprios autores no que se refere a publicação e divulgação de seus trabalhos em relação ao mercado e as legislações.

Essas duas estratégias, descritas na BOAI (2002), de auto arquivamento das publicações científicas e a criação de periódicos científicos de acesso aberto, vão ser nomeadas por Stevan Harnad<sup>10</sup> de, respectivamente, via verde e via dourada.

---

<sup>10</sup> Stevan Harnad é um cientista cujo ramo de pesquisa são em ciências cognitivas, acesso aberto e senciência animal. Disponível em: <<https://www.ecs.soton.ac.uk/people/harnad>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

A via dourada se refere a periódicos científicos cujos próprios editores irão garantir livre acesso aos conteúdos publicados. Sendo assim, a disposição de maneira gratuita para todos os usuários.

Já a via verde abrange o arquivamento de documentos científicos em repositórios digitais, de acordo com Marques (2016) se caracteriza como:

Um modelo no qual cada pesquisador arquiva no banco de dados de sua instituição uma cópia de seus trabalhos científicos publicados em periódicos, que ficam disponíveis ao público. Quem quiser ler o artigo sem pagar pode recorrer a esses repositórios.

Para Costa, Kuramoto e Leite (2013), a gestão da informação científica e a comunicação científica tornaram-se, ao longo da última década, importantes atividades concernentes a novos papéis desempenhados por bibliotecários em universidades, graças a iniciativas de Acesso Aberto por meio da Via Verde e da Via Dourada. Dentro de instituições acadêmicas, o repositório institucional de acesso aberto serve como instrumento para aumentar a produção, o registro, a publicação e a disseminação do conhecimento científico socializado em universidades por meio tanto do ensino quanto da pesquisa.

O aumento na visibilidade das pesquisas de uma dada instituição, principalmente das universidades, é uma das vantagens do Acesso Aberto da via verde. Segundo Furnival e Hubbard (2011) os RIs (Repositórios Institucionais) estão relacionados indicadores de pesquisa (produtividade em pesquisa), demonstrando uma integração explícita do RI da universidade com o *marketing* dos programas de pós-graduação: potenciais pós-graduandos podem avaliar o tipo de pesquisa e artigos/relatórios relacionados sendo produzidos por potenciais orientadores no processo da tomada de decisão.

Outra vantagem do acesso aberto que concerne a estratégia da via verde é, de acordo com Autran e Borges (2014), a possibilidade de os países considerados periféricos terem acesso à produção acadêmica não apenas publicada em periódicos nas vias verde e dourada, mas também de proceder ao arquivamento das comunicações provenientes dos resultados da pesquisa local, buscando minimizar o “gap” informacional nesses países. O autor também apresenta como o acesso aberto

interveio na comunicação da ciência, alterando profundamente o acesso à informação, democratizando seu uso, quebrando barreiras.

Por fim, Autran e Borges (2014) afirmam que a sociedade como um todo se beneficia do Acesso Aberto de diversas formas, principalmente no que se refere à compreensão do conhecimento produzido através da divulgação científica.

## **2.2 Biblioteca Digital e Repositório Institucional**

A ideia de reunir todo conhecimento produzido no mundo em um repositório acompanha a humanidade desde a invenção da escrita. Com o passar dos anos, a criação da *Web* fornece um ambiente onde a informação pode ser gerada e compartilhada em grande escala, desafiando as bibliotecas tradicionais a se adaptarem e prestarem seus serviços de armazenar, conservar e organizar informações em ambiente digital (CASAL, 2011).

Em virtude do I Congresso Internacional de Bibliografia, dois advogados belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine fundam, em Bruxelas, o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) que nasceu com a perspectiva de tornar acessível todo o registro de conhecimento produzido pela humanidade sob os preceitos da cooperação internacional e a livre troca de informações. Através do uso de fichas catalográficas que formaria o Repertório Bibliográfico Universal (RBU), essa bibliografia tinha o objetivo de se tornar uma coletânea de todo conhecimento produzido pela humanidade, que, segundo o próprio Otlet, seria um catálogo único e contínuo por meio de atualização constante. Para o campo da ciência da informação, a RBU inovou ao trazer a ideia de reunir não a produção documental do conhecimento em si, mas apenas sua representação (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2014).

Segundo Sayão (2008), alguns anos depois, as possibilidades técnicas de se armazenar informações em uma mídia de alta densidade (microfilmes) instigaram algumas mentes visionárias a realmente tentar colocar em prática a construção repositórios, porém os empecilhos tecnológicos entre outros, não permitiram a concretização dessa ideia. Apesar dos obstáculos, segundo o autor, um desses visionários, H.G. Wells em 1938 sintetizou bem uma forma de concretizar essa ideia de um repositório que registre e organize todo o conhecimento humano. A partir da

criação de uma enciclopédia universal, Wells, defende um repositório onde conhecimento e ideias seriam recebidas, ordenadas, sumarizadas, classificadas, analisadas e comparadas. As considerações de H.G. Wells e de Paul Outlet são pertinentes até hoje no que se refere a parâmetros para bibliotecas e repositórios digitais.

Em 1945, o assessor científico do governo norte-americano Vannevar Bush defende em seu artigo a criação do dispositivo chamado MEMEX, que seria “um computador provido com um banco de dados, contendo a literatura técnico-científica necessária ao exercício profissional do pesquisador moderno” (CUNHA, 2008). Essa máquina foi pensada para armazenar conhecimento e ajudar a memória, segundo o próprio Bush, conforme citado por Cunha (2008), o MEMEX é mecanizado de forma que pode ser consultado com extraordinária velocidade e flexibilidade assim pode-se solicitar qualquer livro de sua biblioteca e consultá-lo de forma mais fácil do que se tivesse que retirá-lo de uma estante. O autor descreve esse sistema com um parecido com o conhecido hoje como hipertexto (um texto ao qual se reúnem outros conjuntos de informação), que funcionam através da internet.

Algumas décadas depois, com o advento da internet e a inserção de computadores para o auxílio das funções de uma biblioteca ficou evidente que o processo de “automação – ou mecanização, como se chamava na época – das bibliotecas traria um extraordinário ganho de produtividade aos processos biblioteconômicos por conta da natureza e do volume de dados tratados pelas bibliotecas” (SAYÃO, 2008), uma das primeiras iniciativas da aplicação de computadores nas bibliotecas, em 1960, foi o formato MARC (*Machine Readable Cataloging*), que segundo a *Library of Congress*, o MARC:

Define uma estrutura para registros bibliográficos que permite o seu armazenamento em meio magnético e tratamento adequado pelos sistemas de computador, contendo recursos que permitem ao computador identificar e interpretar a informação contida em um registro catalográfico [...] tornando possível a transferência de um item bibliográfico de um sistema ou banco de dados para outro, sem perda de informações, fazendo com que os dados sejam independentes de software e hardware e tornando os registros bibliográficos portáteis entre sistemas.

O surgimento da biblioteca digital como conhecemos hoje está, muitas vezes, associado ao início da internet. Para Furtado (2010) a biblioteca digital representa uma evolução do resultado da utilização do computador e da Internet nos serviços da biblioteca e pode ser conceituada como uma coleção organizada de informação, em formato digital, acessível pela rede mundial de computadores.

Em 1995, a *Association of Research Libraries* (ARL) definiu alguns pontos que definem uma biblioteca digital, tal como seus termos sinônimos “biblioteca eletrônica” e “biblioteca virtual”, esses pontos são:

- A biblioteca digital não é uma entidade única;
- A biblioteca digital requer tecnologia para conectar os recursos de muitos;
- As ligações entre as muitas bibliotecas digitais e serviços de informação são transparentes para os usuários finais;
- O acesso universal a bibliotecas digitais e serviços de informação é uma meta;
- As coleções de bibliotecas digitais não se limitam a substitutos de documentos: elas se estendem a artefatos digitais que não podem ser representados ou distribuídos em formatos impressos.

Dentre as diversas definições de biblioteca digital, destaca-se a proposta da comunidade *Digital Library Federation* (DLF), publicada em 1998, que, visando uma compreensão comum sobre o que é biblioteca digital, a definiu como:

As bibliotecas digitais são as organizações que fornecem os recursos, incluindo a equipe especializada, para selecionar, estruturar, oferecer o acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar a persistência integral das coleções de trabalhos digitais, de modo que estejam prontamente e economicamente disponíveis para o uso por uma comunidade definida ou conjunto de comunidades.

Já Cunha (2008) delinea a biblioteca digital como uma combinação da estrutura e a coleta da informação, tradicionalmente usada por bibliotecas e arquivos, com o uso da representação digital tornada possível pela informática. A informação digital pode ser rapidamente acessada em todo o mundo, copiada para preservação, armazenada e recuperada rapidamente.

Em relação a estruturação de uma biblioteca digital, Guerreiro (2018) defende que “uma biblioteca digital se constitui, em primeiro lugar, de um acervo documental; em seguida, são selecionados os documentos e os que não sejam digitais são digitalizados; são adicionados os metadados aos documentos (ficheiros em formato digital); por fim, os ficheiros e a respectiva metacodificação são integrados num sistema de gestão de dados, a que são associados mecanismos de pesquisa e recuperação da informação”.

Partindo dos componentes que delimitam a biblioteca digital, a arquitetura dessa ferramenta necessita ser elaborada para que ela “se constitua numa infraestrutura comum, que possa ser customizada segundo as necessidades de diferentes setores e aplicações” (SAYÃO, 2008). Atendendo tanto a instituição na qual a biblioteca atua quanto aos usuários.

Além da questão estrutural, a biblioteca digital também deve estar atenta ao conteúdo disponibilizado. Segundo Salas (2019) a maioria dos usuários de uma biblioteca digital demonstra sua preocupação em relação a segurança e integridade dos dados apresentados. A forma de assegurar ao máximo a confiabilidade do repositório digital é “antes de criar uma biblioteca digital, deve-se realizar um trabalho intensivo de investigação e análise de fontes bibliográfica para se ter um banco de dados reconhecido” (SALAS, 2019).

A biblioteca digital ao longo da literatura é retratada por outras nomenclaturas que possuem definições sinônimas, dentre elas o de repositório digital de acesso aberto, que “são bases de dados desenvolvidas para reunir, organizar e tornar mais acessível a produção científica dos pesquisadores” (LEITE *et al*, 2012), eles podem ser classificados em repositórios institucionais ou temáticos, também pode-se acrescentar o de teses e dissertações.

Na última resolução<sup>11</sup> publicada pelo CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia), discorreu sobre parâmetros para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais. Para tal fim, esse ato normativo considerou a definição de

---

<sup>11</sup> BRASIL. **Resolução CFB nº 240, de 30 de junho de 2021**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cfb-n-240-de-30-de-junho-de-2021-330702470>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

biblioteca digital como coleções de recursos bibliográficos e informacionais disponíveis para acesso local ou remoto em qualquer mecanismo por meio eletrônico, destinada à consulta, à pesquisa e ao estudo, já os repositórios digitais, incluindo os institucionais são classificados como coleção de recursos bibliográficos e informacionais.

No que diz respeito a repositórios digitais, Costa e Leite (2010) explicam que cada uma dessas tipologias possui funções específicas no sistema de comunicação científica e aplicações próprias voltadas para o ambiente no qual será utilizado. Os autores definem cada um como:

- Repositórios disciplinares ou temáticos: voltados a comunidades científicas específicas. Tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular;
- Repositórios de teses e dissertações (*Electronic Theses and Dissertation – ETDs*): repositórios que lidam exclusivamente com teses e dissertações. Muitas vezes a coleta das muitas ETDs é centralizada por um agregador;
- Repositórios institucionais: dedicados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa.

Dentre os pontos que diferenciam bibliotecas digitais e repositórios digitais Santos Junior (2010) destaca que tanto os repositórios institucionais, quanto os temáticos contemplam tipologias de documentos que, geralmente não são encontrados em bibliotecas digitais como por exemplo artigos científicos, livros eletrônicos, capítulos de livros, *preprints*, *postprints*, relatórios técnicos, textos para discussão, teses, dissertações, trabalhos apresentados em conferências, palestras, material de ensino (slides, transparências, texto resumo, resenhas, trabalhos apresentados, entre outros), arquivos multimídia, etc. Outra diferença entre repositórios de acesso livre e bibliotecas digitais se dá devido a comunicação, pois enquanto a biblioteca digital “ contempla somente a comunicação formal, [...] os repositórios além de contemplarem a comunicação formal, potencializam a comunicação informal” (SANTOS JUNIOR, 2010). Segundo o autor, a comunicação formal se dá aos meios tradicionais (formais) de divulgação do conhecimento científico, ou seja: artigos, livros, relatórios técnicos, teses, dissertações etc., porém a

comunicação informal foge aos padrões da comunicação tradicional (formal), por exemplo: blogs, conversas face a face, troca de *e-mails* etc. Os repositórios através da comunicação informal possibilitam uma comunicação científica, buscando ampliar a contribuição para a ciência.

Para Tomaél e Silva (2013) o que caracteriza os repositórios institucionais é o fato de serem orientados para a informação produzida no ambiente das instituições, sendo desenvolvidos, implementados e mantidos por elas. Para que assim, os trabalhos desenvolvidos por cada instituição sejam disponibilizados em repositório institucional de acesso livre segundo a via verde, proporcionando o livre acesso a essas produções.

Os repositórios institucionais de acesso aberto contribuem de maneira direta para a comunicação científica. Ao inserirem seus trabalhos em repositórios institucionais, os autores aceleram o progresso científico, pois permitem que “os resultados de sua pesquisa sirvam como base para o desenvolvimento de pesquisas posteriores que a sucederem” (SANTOS JUNIOR, 2010).

Dentro do cenário latino-americano, Weitzel (2019) destaca que os repositórios vinculados à via verde do acesso aberto não alcançaram os mesmos êxitos em comparação a via dourada, devido a fatores como financiamento e a baixa presença de editores comerciais. No Brasil, a situação do Acesso Aberto Verde em comparação a outros países também “evidenciam a necessidade de investimentos para aumentar o número de repositórios em pleno funcionamento e, sobretudo do número de artigos presentes nesses repositórios”. Diretórios como OpenDOAR (*Directory of Open Access Repositories*) e ROAR (*Registry of Open Access Repositories*), listas como “Lista de repositórios brasileiros” feita pelo IBICT e o *ranking “The Ranking Web of World Repositories”* da *Cybermetrics Lab* do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (2012) elaborado na Espanha fazem um levantamento dos dados dos repositórios mundiais e demonstram a situação do Brasil em relação a Via Verde em comparação com outros países.

O OpenDOAR surgiu em 2005 e lançado em 2006 é o resultado da colaboração entre a Universidade de Nottingham e Universidade de Lund, ele se caracteriza como um diretório global de repositórios de acesso aberto com garantia de qualidade, já o ROAR foi apareceu em 2003 e faz parte da rede *EPrints* da

Universidade de Southampton no Reino Unido que também age como um diretório de acesso livre repositórios institucionais e seu conteúdo. Esses dois “são considerados os dois principais acessos abertos diretórios no mundo todo. ROAR é o diretório maior e permite submissões diretas ao diretório. O OpenDOAR controla o envio de materiais e depende da descrição de sua equipe” (DAWSON; YANG, 2016).

No OpenDOAR<sup>12</sup> consta, atualmente, no Brasil o registro de 151 repositórios registrados, encontrando-se em 10º lugar na classificação mundial, dentro do ROAR<sup>13</sup>, agora, estão listados 185 repositórios, porém ele incluiu revistas científicas, agregadores e plataformas de publicação de trabalhos nessa contagem. Weitzel (2019) destaca que nem todos os repositórios existentes no mundo estão registrados nessas fontes e, por isso, o número de repositórios e de itens colecionados ainda é desconhecido.

Segundo Bernardes (2020) a mais famosa autoridade para medida da presença e impacto de repositórios de acesso aberto na web é o *Ranking Web of World Repositories*, organizado pelo Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) da Espanha. Esse *ranking* lista os repositórios indexados pelo Google Scholar. A 11ª edição, lançada em maio de 2021 mostrou, no âmbito brasileiro, os 3 maiores repositórios de destaque foram, em 7º o Repositório Digital LUME da UFRGS com, em 18º a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e em 21º o Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina.

Outra forma de mapear os repositórios ao redor do mundo é, segundo Weitzel (2019) é através da lista de repositórios cujas instituições são usuários do software DSPACE, que pode ser obtida pelo próprio site na interface de busca por país. Atualmente essa lista<sup>14</sup> conta com 140 repositórios que utilizam o *software* DSpace em sua interface.

---

<sup>12</sup> Dados coletados da plataforma OpenDOAR em junho de 2021. Disponível em: <[https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository\\_visualisations/1.html](https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_visualisations/1.html)>. Acesso em: 10 mar. 2021.

<sup>13</sup> Dados coletados da plataforma ROAR em junho de 2021. Disponível em: <[http://roar.eprints.org/cgi/roar\\_search/advanced?location\\_country=br&software=&type=&order=-recordcount%2F-date](http://roar.eprints.org/cgi/roar_search/advanced?location_country=br&software=&type=&order=-recordcount%2F-date)>. Acesso em: 1 abr. 2021.

<sup>14</sup> Dados coletados da plataforma Dspace em junho de 2021. Disponível em: <[https://duraspace.org/registry/?gv\\_search=&filter\\_10=DSpace&filter\\_4\\_6=Brazil&filter\\_3=&filter\\_20=&filter\\_28=&mode=all](https://duraspace.org/registry/?gv_search=&filter_10=DSpace&filter_4_6=Brazil&filter_3=&filter_20=&filter_28=&mode=all)>. Acesso em: 10 abr. 2021.

No Brasil, o IBICT foi o responsável por lançar o primeiro edital em 2009 de um projeto que consiste na distribuição de kits tecnológicos, no treinamento dos recursos humanos da instituição e no suporte informacional e técnico para o desenvolvimento e implementação de repositórios institucionais e temáticos nas instituições. De acordo com o instituto, o primeiro modelo contemplou 27 instituições, além das 5 do projeto piloto, desde então o IBICT disponibiliza uma lista dos repositórios brasileiros de acesso aberto, que contém publicações científicas. Atualmente o instituto tem lançado outros editais para atender às instituições de pesquisa e universidades.

Os repositórios institucionais se caracterizam como importantes elementos para a comunicação científica. Segundo Sousa Filho (2021), eles proporcionam acessibilidade e redução da distância para os pesquisadores, que passaram a ter possibilidade de acesso às novidades e evoluções da sua área, consolidando-se como um somatório do conhecimento coletivo.

Para alcançar essa visibilidade e disseminação de informação da maneira mais eficaz possível, é importante analisar sistema de informação a partir de suas funções e características. Segundo Palma (2018), no caso dos Repositórios Institucionais, a gestão malfeita ou inexistente prejudica o gerenciamento da produtividade e da visibilidade da produção científica da instituição.

A análise de um repositório é feita através de uma etapa chamada de avaliação de repositório institucional.

### **2.3 Avaliações de Repositórios Institucionais**

A elaboração de um Repositório Institucional (RI) com as finalidades de divulgação, disseminação e armazenamento de documentos de determinada instituição de acordo com os parâmetros previamente descritos demanda algumas etapas como planejamento, implantação e funcionamento. Essas etapas são interdependentes e constituídas de atividades que devem ser cumpridas a fim de que a iniciativa de construção do repositório institucional seja bem-sucedida. Dentre essas atividades, com o objetivo de melhorar aspectos deficientes e identificar seus pontos de sucesso, está a avaliação de repositórios institucionais. (LEITE *et al*, 2012)

A avaliação de repositórios faz parte de uma etapa crucial na implementação e acompanhamento desse tipo de sistema de informação, pois permite mensurar sua eficiência, garantindo que se acompanhe o dinamismo dos objetivos de trabalho e dos usuários, como o desenvolvimento da gestão, política e tecnologia entre outros quesitos (PALMA *et al*, 2018).

Segundo Sayão (2009), para a avaliação de repositórios institucionais – considerando-os como um conjunto de serviços de informação que se materializam por meio de um site na *Web* – é necessário a concorrência de critérios de avaliação para serviços e sistemas de informação e de critérios mais próximos à avaliação de *Websites*, como os aspectos de valoração dos contextos digitais – por exemplo: a organização da informação nesses contextos e a interação dos usuários com eles.

Dentre os critérios de avaliação, está o de definição de indicadores que vão mensurar a execução dos Repositórios Institucionais. O Ranking Web of World Repositories utiliza indicadores da web para medir a visibilidade e impacto global dos repositórios científicos. Buscando apoiar iniciativas de acesso aberto a publicações científicas em formato eletrônico, esse *ranking* utiliza de critérios de avaliação que servem como alerta para instituições que desejam melhorar suas colocações na classificação (WEITZEL, 2019).

Conforme Santos e Cardoso (2013) destacam, as funções dos RIs são a de disseminar a produção acadêmica institucional enquanto as funções dos indicadores são de avaliar as características e resultados desta disseminação.

Leite (2009), partindo do pressuposto que a avaliação de desempenho do repositório institucional constitui instrumento indispensável para a sua gestão, apresenta as considerações de autores distintos: Swan (2008), Westell (2006) e Kim e Kim (2006) para indicadores que oferecem parâmetros para a avaliação de um repositório.

Dentre os indicadores apresentados por Swan (2008), estão:

- Aquisição de conteúdo:

— Porcentagem da produção científica anual de diferentes tipos (artigos de periódicos, trabalhos apresentados em congressos, teses, dissertações etc.) depositada no repositório;

- Porcentagem de itens adquiridos e depositados;
- Coleções especiais digitalizadas e armazenadas.
- Consciência e envolvimento dos usuários:
  - Nível de conhecimento e atenção dos autores com relação ao acesso aberto;
  - Nível de conhecimento e atenção dos autores com relação às questões sobre direitos autorais;
  - Nível de conhecimento e atenção dos autores com relação questões gerais e últimos desenvolvimentos em comunicação científica.

Westell (2006) sugere que os indicadores oferecem parâmetros para a adequada avaliação do sucesso de um repositório institucional. Sendo eles:

- Mandato de auto arquivamento obrigatório;
- Integração com o planejamento institucional;
- Modelo de financiamento e sustentabilidade;
- Relacionamento com centros ou projetos de digitalização;
- Interoperabilidade;
- Mensurabilidade (taxas de depósito, uso, análises de citação);
- Promoção do repositório na instituição;
- Estratégias de preservação digital.

Já Kim e Kim (2006) sugerem alguns indicadores para a mensuração do desempenho de repositórios institucionais:

- Conteúdo (diversidade, atualidade, tamanho e metadados);
- Sistema e rede (interoperabilidade, integração e página na Internet);
- Usos, usuários e depositantes (taxa de uso de material, satisfação do usuário, satisfação do depositante e suporte para usuários e depositantes);
- Gestão e política (orçamento e recursos humanos, sensibilização e divulgação do repositório, gestão de *copyrights*, estratégias de *marketing*, políticas, procedimentos e métodos de arquivamento).

Outro estudo, publicado cerca de oito anos mais tarde, também considerou diversos estudos da mesma natureza para propor um instrumento analítico dos

repositórios institucionais. Costa e Leite (2017) apresentam em sua pesquisa cinco critérios para identificação desses sistemas, eles são:

- Ser institucionalmente definido
- Tratar da produção acadêmica
- Ser coleções digitais de texto completo
- Ser interoperável
- Ser uma iniciativa de acesso aberto

A partir dessas características de identificação, os autores selecionaram oito dimensões para analisar um RI, são elas:

- Tamanho dos RIs
- Tipos de documentos depositados
- Softwares utilizados
- Características operacionais do sistema
- Responsabilidades administrativas e políticas
- Existência de políticas
- Serviços oferecidos
- Áreas do conhecimento

De acordo com Rodrigues e Rodrigues (2012), procurando credibilizar e tornar mais atrativo o depósito nos RI, alguns autores procuram encontrar instrumentos que permitam avaliá-los e que contribuam para demonstrar, cabalmente, que os repositórios têm um papel importante no contexto da disseminação do conhecimento científico. Construindo métricas que permitam avaliar o respectivo desempenho considerando vários instrumentos, tais como indicadores de desempenho ou fatores críticos de sucesso, entre outros. Assim, considerando a bibliografia disponível sobre o assunto, os autores apresentaram indicadores de desempenho ordenados segundo duas dimensões: Internas e Externas.

A dimensão interna que se refere a aspetos relacionados com o depósito de documentos, a taxa média de depósito/dia, taxas de arquivo e auto arquivo, taxa de documentos em texto integral, já a dimensão externa que trata da visibilidade do RI, dos seus autores através do levantamento das citações, do número de *downloads* e

pesquisas sobre comunidades, coleções, autores, documentos, do número de publicações em revistas indexadas disponíveis (RODRIGUES; RODRIGUES, 2012).

Para Palma *et al* (2018) a falta de padronização e clareza na definição de critérios avaliativos na literatura sobre o assunto são fatores que dificultam a comparação dos modelos e tornam os resultados e as análises muitas vezes subjetivos. Dessa forma, os autores, a partir de uma pesquisa bibliográfica, apresentam alguns critérios para análise e avaliação de quesitos que determinam a qualidade de repositórios, a fim de auxiliar as instituições a criarem e a manterem repositórios adequados, se possível com uma certa uniformização, de forma a facilitar sua gestão.

Devido à importância dos repositórios institucionais para a produção científica, Romanetto, Ferreira e Santos (2018) considera relevante identificar indicadores adotados internacionalmente na avaliação dos repositórios, o que pode contribuir no aprimoramento destas plataformas e promover maior visibilidade para a ciência, desde que esta avaliação esteja ancorada em métricas consistentes e de qualidade. Expondo a importância de avaliar os RI, identificando indicadores a fim de propor melhorias em aspectos internos e externos dos repositórios digitais.

Segundo Silva (2013) os instrumentos de avaliação de repositório visam atrair mais depósitos nos RIs e conferir maior credibilidade perante os pesquisadores, dessa forma, contribuindo para consolidação do importante papel que devem desempenhar para a disseminação do conhecimento científico. Os indicadores selecionados para compor esses instrumentos colaboram com a investigação dos repositórios institucionais, além de aumentar as discussões acerca dos RIs visando aprimorar tais sistemas segundo as estratégias de acesso aberto.

Os trabalhos aqui apresentados buscaram dissertar acerca da etapa de avaliação de repositório institucional, destacando sua importância como um processo que permite mensurar a execução desses sistemas em relação aos seus objetivos.

O capítulo sobre o Acesso Aberto buscou traçar o histórico desse movimento destacando os acontecimentos mais importantes do acesso aberto ao longo dos anos, já o capítulo referente a Biblioteca Digital e Repositório Institucional visou apresentar as características desses sistemas de informação a partir da perspectiva de acesso aberto. Ambos os capítulos visaram apresentar as contribuições de autores esses

tópicos e assim atender com o objetivo de identificar os requisitos necessários para uma Biblioteca Digital ser considerada de acesso aberto e compreender as estratégias de acesso aberto aplicadas na BDME.

Já o capítulo sobre o tópico de Avaliação de Repositório Institucional buscou levantar a contribuição de autores em relação a indicadores de Repositório Institucional a fim de desenvolver um instrumento de avaliação de repositório institucional e aplicá-lo na BDME.

### **3 METODOLOGIA**

Essa parte apresenta a caracterização da pesquisa e os procedimentos metodológicos que compõem a metodologia do trabalho. Segundo Richardson (2012, p. 22) a metodologia define as regras e procedimentos usados pelos diferentes tipos de métodos científicos, já para Gil (2008, p. 8), o método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. Os dois autores vão colocar a metodologia como o caminho que a ciência usa para chegar a um objetivo (RICHARDSON, 2012, p. 22; GIL, 2008, p. 8).

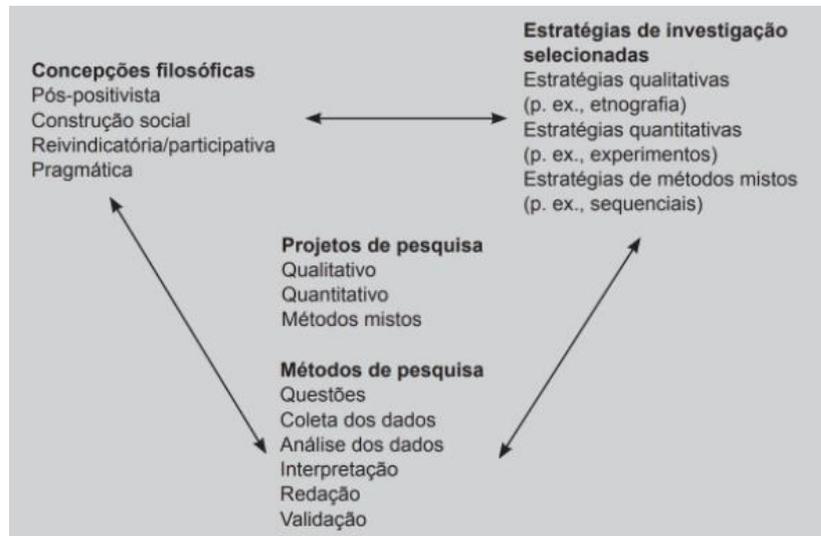
#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

De acordo com Gil (2008), uma pesquisa de caráter descritiva possui como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. O autor destaca que esse tipo de pesquisa contribui para proporcionar novas visões sobre uma realidade já conhecida. Partindo desse princípio, o presente estudo se caracteriza como descritivo, pois busca descrever o serviço da biblioteca digital do Ministério da Economia a partir da perspectiva dos instrumentos de análise do acesso aberto.

Visando alcançar os objetivos enunciados, algumas estruturas precisam ser definidas previamente para o desenvolvimento da pesquisa. Creswell (2010) define essa etapa como planejamento da pesquisa, apresentando três elementos fundamentais: a concepção filosófica, as estratégias de investigação e os métodos específicos da pesquisa. Segundo o autor esses elementos serão definidos a partir da

abordagem da pesquisa. A seguir, na figura 2, o autor exemplifica a interconexão da estrutura para o projeto de pesquisa.

Figura 2 – Estrutura para o projeto



Fonte: CRESWELL, 2010.

A concepção filosófica ajuda a explicar o motivo pelo qual foi escolhida o tipo de abordagem, sendo ela qualitativa, quantitativa ou de métodos mistos para a elaboração da pesquisa.

Esse estudo utiliza a abordagem de pesquisa de métodos mistos ou qualiquantitativa que faz uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo, seguindo a linha de concepção pragmática onde, segundo Creswell (2010) a pesquisa será voltada para o uso de diversas abordagens disponíveis para a compreensão e resolução do problema que se refere a avaliação da Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME) em relação às orientações de Repositório Institucional de Acesso Aberto.

As estratégias de investigação “proporcionam uma direção específica aos procedimentos em um projeto de pesquisa” (CRESWELL, 2010, p. 35). Sendo assim, seguindo a direção da concepção pragmática, o projeto utilizou estratégias de métodos mistos, que se abrange tanto a pontos da pesquisa qualitativa como quantitativa na coleta e análise de dados. Creswell (2010) descreve que estratégias

métodos mistos podem variar em três classificações, são elas: sequenciais, concomitantes e transformativas.

A estratégia de procedimentos de métodos mistos sequenciais, aplicada nesse estudo, se refere a “busca de elaborar ou expandir os achados de um método com os de outro método” (CRESWELL, 2010, p. 39). Ou seja, dados qualitativos são utilizados para desenvolver instrumentos de coleta de dados tanto qualitativos quanto quantitativos e, posteriormente, utilizar esse instrumento para análise do estudo no geral.

Dentro do ponto de vista da pesquisa qualitativa, os será realizado um estudo de caso a partir de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, elaborando um estudo descritivo que pretende ter como resultados a descrição teórica sobre acesso aberto, bibliotecas digitais e repositórios institucionais, os requisitos e instrumentos de análise do acesso aberto, às características e fundamentação da criação da BDME e a relação entre bibliotecas digitais de acesso aberto e a BDME.

No panorama da pesquisa quantitativa, será realizada uma pesquisa de levantamento de dados que busca como resultado a análise quantitativa da BDME como um instrumento para a promoção dos objetivos do acesso aberto.

Os procedimentos realizados a partir das características da abordagem de pesquisa determinada serão abordados no próximo tópico.

### **3.2 Procedimentos metodológicos**

A partir dos objetivos, um conjunto de tomada de decisões e ações foi descrito e listado para a explicação das técnicas de pesquisa e métodos utilizados para o desenvolvimento desse projeto de pesquisa.

Caracterizada como uma pesquisa de qualiquantitativa, esse projeto englobou procedimentos técnicos como: a pesquisa bibliográfica que é, segundo Gil (2008), desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para a presente pesquisa a técnica de análise utilizada foi a de

revisão de literatura, que Taylor e Procter (2001) consideram como uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tópico específico.

Após uma leitura preliminar das publicações sobre o assunto, foram selecionadas 4 bibliografias que apresentaram identificação de requisitos necessários para a caracterização de um repositório da via verde, selecionados a partir dos buscadores de acesso aberto Google Scholar (Google Acadêmico) e a Brapci. Os estudos serviram como base para a seleção de indicadores de avaliação para RIs. A tabela 1 apresenta os estudos utilizados, tal como sua autoria e ano de publicação.

Tabela 1 – Trabalhos selecionados para identificação de requisitos para RI

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>
Indicadores de desempenho - ferramentas para avaliação de repositórios institucionais.	Rodrigues, Maria Eduarda Pereira; Rodrigues, António Moitinho	Google Scholar	2012
Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica.	Costa, Michelli Pereira da Leite, Fernando César Lima	Google Scholar	2017
AValiação DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: proposta de padronização de critérios.	Palma, Jessica Luciane; Santos, Ariane Cristina de Lima dos; Jordão, Sabrina Sena de; Sousa, Raquel Juliana do Prado Leite de	Google Scholar	2018
Indicadores para a avaliação de repositórios digitais.	Romanetto, Luiza de Menezes; Ferreira, Juliano Benedito; Santos, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa	Brapci	2018

Fonte: Autoria Própria.

Com base nesses trabalhos de Rodrigues e Rodrigues (2012), Costa e Leite (2017), Palma (2018) e Romanetto, Ferreira e Santos (2018), foram identificados indicadores de análise para Repositório Institucional a partir das dimensões internas e externas, cobrindo os aspectos tecnológicos, aspectos de gestão e aspectos de política, traçando elementos para o instrumento de avaliação da BDME.

O próximo procedimento realizado foi o da pesquisa documental, onde de acordo com Gil (2008) é muito parecida com a bibliográfica, porém a diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os

objetos da pesquisa. Foram utilizados documentos publicados e não publicados, como manual, atos normativos e o próprio website referente a BDME, para compreender as estratégias utilizadas na implementação da biblioteca digital foco do estudo.

Juntamente com a pesquisa documental foi realizada a pesquisa de levantamento, caracterizada por Gil (2008) como a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Para essa pesquisa foi utilizada a técnica de coleta de dados da entrevista.

A entrevista foi realizada de modo remoto com dois membros da equipe da BDME (o pesquisador da área de informática da UnB e a bibliotecária chefe da Biblioteca do Ministério da Economia) com questionamentos previamente elaborados, pois “nos levantamentos que se valem da entrevista como técnica de coleta de dados, esta assume forma mais ou menos estruturada [...] considerando duas etapas fundamentais: a especificação dos dados que se pretendem obter e a escolha e formulação das perguntas” (GIL, 2017).

Na primeira etapa da entrevista, Gil (2017) alerta que se deve estabelecer relações possíveis entre as múltiplas variáveis que interferem no problema, evitando o erro de colocar o questionamento de maneira muito ampla. Na segunda etapa o autor afirma que qual seja a de escolha das perguntas, convém que se considerem diversos aspectos: questões diretas ou indiretas, respostas formuladas previamente ou livremente, o conhecimento do entrevistado sobre o assunto, as palavras apresentam significação clara e precisa, entre outros aspectos que devem orientar as questões para demonstrar respostas satisfatórias para a elaboração do resultado da pesquisa

Considerando o objetivo de levantar os requisitos da BDME em virtude do acesso aberto, a entrevista teve em vista responder as questões sobre a elaboração e implementação da Biblioteca Digital do Ministério da Economia como uma ferramenta de acesso aberto.

Por fim, foi feita uma pesquisa de levantamento, utilizando os trabalhos previamente selecionados, para avaliar o repositório do Ministério da Economia a partir dos instrumentos de análise do acesso aberto. Para tal fim foi empregada o uso da técnica de análise descritiva, isto é, organizar, resumir e descrever os dados

coletados, a fim de conhecer o comportamento e características do sistema propriamente dito, ou seja, o repositório da BDME.

Além do sistema em si em sua dimensão tecnológica, também foram analisadas de forma descritiva os âmbitos de política e gestão dentro da BDME, devido a sua relevância para a implementação desse repositório e para a compreensão do papel da biblioteca digital em virtude das estratégias de acesso aberto.

A ferramenta de *checklist* também foi aplicada para a análise da BDME, utilizando os indicadores de avaliação para repositórios de acesso aberto como instrumento de orientação para a avaliação da biblioteca digital.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho estão sintetizados na Figura 3.

Figura 3 – Procedimentos metodológicos

OBJETIVOS	UNIVERSO E AMOSTRA	FONTES DOS DADOS	TÉCNICA DE COLETA	TÉCNICA DE ANÁLISE
Identificar quais são os requisitos necessários para uma biblioteca digital ser considerada de acesso aberto.	Trabalhos de: Rodrigues e Rodrigues (2012); Costa e Leite (2017); Palma et al (2018); • Romanetto, Ferreira e Santos (2018).		Pesquisa bibliográfica.	Revisão da literatura.
Levantar os requisitos implementados na BDME dentro da estratégia de acesso aberto.	Documentação da BDME. Entrevista com a Equipe da BDME.		Pesquisa documental e pesquisa de levantamento.	Revisão de literatura e análise descritiva.
Avaliar a Biblioteca Digital do Ministério da Economia, a partir de instrumentos de análise dos repositórios de acesso aberto.	Portal da Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME)		Pesquisa de levantamento e checklist.	Análise descritiva.

Fonte: Autoria Própria.

O quadro acima propôs apresentar a elaboração das próximas etapas do trabalho, tratando dos métodos utilizados para chegar aos resultados de pesquisa, expostos nos próximos capítulos, partindo dos objetivos específicos do trabalho.

O primeiro resultado de pesquisa visa, através de uma pesquisa bibliográfica, levantar os indicadores de avaliação para repositório de acesso aberto e assim,

identificar quais são os requisitos necessários para uma biblioteca digital ser considerada de acesso aberto.

O segundo resultado da pesquisa busca apresentar a descrição do estudo de caso, aqui sendo, a apresentação da BDME, seus objetivos e a sua implementação através da perspectiva das estratégias de acesso aberto.

Por fim, o terceiro e último resultado de pesquisa será a avaliação da BDME a partir do uso de indicadores de avaliação para repositório de acesso aberto como um instrumento de análise.

#### **4 INDICADORES DE AVALIAÇÃO PARA REPOSITÓRIOS DE ACESSO ABERTO**

Os indicadores de avaliação são, como anteriormente descrito na revisão de literatura, ferramentas que buscam mensurar o desempenho dos Repositórios Institucionais em virtude dos seus objetivos de armazenamento, tratamento e disseminação da informação.

Os trabalhos de Rodrigues e Rodrigues (2012), Costa e Leite (2017), Palma (2018) e Romanetto, Ferreira e Santos (2018) foram selecionados por representarem bibliografias que dissertam sobre os critérios de análise de repositório e a importância realizar uma avaliação desses sistemas de informação a partir de indicadores previamente selecionados que vão expor o seu desenvolvimento, principalmente em virtude dos objetivos de acesso aberto.

Considerando os resultados de pesquisa dos trabalhos (RODRIGUES; RODRIGUES, 2012; COSTA; LEITE, 2017; PALMA, 2018; ROMANETTO; FERREIRA; SANTOS, 2018) a Tabela 2 apresentou os critérios, selecionados por cada um dos autores, para avaliação de repositórios, dispostos a partir das categorias internas e externas que constituem um RI.

Tabela 2 – Categoria de Repositório Institucional

Categoria	Critério	Fonte
Interno	<b>Características operacionais do sistema sobre a forma como o conteúdo é organizado nos RIs e as estratégias de povoamento.</b>	Costa e Leite (2017)
	Organização dos conteúdos nos RIs	
	Povoamento dos RIs	
	<b>Responsabilidades administrativas</b>	
	<b>Serviços de informação</b>	
	Serviço de alerta de inclusão de conteúdo	
	RSS e redes sociais	
	Estatísticas	
	Referência virtual, com suporte via chat	
	Número de documentos Depositados por arquivo e auto-arquivo	Rodrigues e Rodrigues (2012)
	Porcentagem de docentes registrados	
	Número de documentos depositados por comunidade	
	Número de documentos depositados por coleção	
	Número médio de documentos depositados por dia por comunidade	
	Top 10 de autores com mais documentos no repositório	
	Porcentagem de pesquisadores depositantes no IR	Romanetto, Ferreira e Santos (2018)
	Número médio de itens depositados por pesquisador	
	Número de comunidades que depositam no IR	
	Número de itens baixados por ano, mês e ou dia	
	Indicadores de avaliação das coleções e serviços de valor agregado	
	Número de depósitos por dia	
Disponibilidade de documentos em texto completo		

	Disponibilidade de artigos em texto completo	
	Número de coleções ativas no repositório	
	Número de serviços de valor agregado	
	Custo por depósito	
	Custo por download	
	Número de funcionários do repositório	
	Despesas com educação e treinamento de pessoal	
	Política de funcionamento	
	Política de informação da instituição que trate do RI	Costa e Leite (2017)
	Política de preservação de conteúdo	
	Política de direitos autorais	
	Políticas do repositório da instituição disponível	Palma <i>et al</i> (2018)
	Política de indexação	
	Guia de inclusão de trabalhos	
	Vocabulário controlado	
Externo	Número de páginas	Romanetto, Ferreira e Santos (2018)
	Número de arquivos em PDF	
	Número de links	
	Número de menções da URL	
	Número de entradas no Google Scholar	
	Número de links externos	
	Número de páginas	
	Número de arquivos em PDF	
	Relacionamento com centros de digitalização	
	Interoperabilidade	
	Número de consultas	Rodrigues e Rodrigues (2012)
	Número de download	
	Documentos mais consultados	
	Documentos mais descarregados	
	Número médio de consultas de documentos por dia	

	Número médio de downloads de documentos por dia	
	Autores mais consultados	
	Autores mais descarregados	

Fonte: Autoria Própria.

As dimensões internas e externas apresentam duas vertentes para avaliação de repositórios. Para Romanetto, Ferreira e Santos (2018) os indicadores internos permitem a avaliação dos repositórios na perspectiva da instituição e de sua comunidade, enquanto os indicadores externos possibilitam analisar o impacto da produção institucional na *Web*.

Enquanto os indicadores internos expõem características da gestão, atribuindo aspectos de qualidade os externos analisam a importância do acesso aberto em trabalhos inseridos nos repositórios.

Para uma melhor compreensão dos indicadores e sua forma de avaliação, foi elaborada, como resultado de pesquisa, uma síntese dos indicadores propostos pelos autores dos trabalhos selecionados, sendo aqui apresentados em três categorias fundamentais que, de acordo com a revisão de literatura, compõem um repositório institucional: gestão, política e tecnologia, como visto na Tabela 3.

Tabela 3 – Indicadores de avaliação para Repositório Institucional

Categoria	Indicador	Avaliação
Gestão	<b>Conteúdo</b>	
	Volume de documentos depositados	Verificação da quantidade total de documentos inseridos a partir das informações disponíveis no RI.
	Tipos de documento	Análise da tipologia da produção científica e/ou

		acadêmica a partir da descrição do RI. Exemplo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos científicos;</li> <li>• Teses e dissertações;</li> <li>• Documentos administrativos;</li> <li>• Livro e capítulo de livro;</li> <li>• Publicações multimídias;</li> <li>• Materiais de divulgação científica;</li> <li>• Outros.</li> </ul>
	Cobertura (área do conhecimento)	Análise da temática do conteúdo apresentada pelo RI.
	Textos completos	Disponibilização dos textos completos dos documentos descritos em acesso aberto: uso de licenças livres e/ou uso do protocolo OAI-PMH (validador OAI PMH).
	Acesso aberto	
	<b>Organização</b>	
	Disposição dos conteúdos	Verificação da apresentação dos conteúdos na plataforma do RI.
	Personalização da plataforma	Verificação da interface e tipos de navegação possíveis.
	Navegação	
	<b>Povoamento</b>	

	Modo de depósito dos documentos	Forma de alimentação do repositório - Identificação da estratégia de depósito dos documentos no repositório
Política	Política do repositório da instituição disponível	Disponibilidade da portaria que normatiza o repositório digital.
	Política de indexação (Vocabulário controlado)	Existência da política indexação dos documentos e sua acessibilidade no repositório.
	Política de preservação de conteúdo	Existência de uma política que zele pela preservação documentos depositados e sua acessibilidade no repositório.
	Política de direitos autorais	Existência de política que trate sobre os direitos de depósito, acesso e uso do material disponibilizado.
	Política de estudo de usuários	Existência de política que trate sobre as necessidades de informação dos usuários.
	Política de funcionamento (Manual)	Existência de um documento sobre o uso do repositório.
Tecnologia	Software utilizado	Ferramenta utilizada para a construção do repositório.
	Interoperabilidade	Utilização do protocolo OAI-PMH (OAI PMH validator <sup>15</sup> )

<sup>15</sup> Protocolo de Iniciativa de Arquivos Abertos para Coleta de Metadados (OAI-PMH) Validador e Ferramenta de Extração de Dados. Disponível em: <<https://validator.oaipmh.com/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

Fonte: Autoria Própria.

O uso de um instrumento avaliação para repositórios institucionais de acesso aberto, como apresentado na Tabela 3, busca analisar o desempenho desses sistemas de informação, a fim de propor melhorias que agreguem tanto nas estratégias de criação de repositórios, quanto aprimoramento de repositórios já existentes.

## **5 ESTRATÉGIAS DE ACESSO ABERTO APLICADAS NA BDME**

Como descrito na revisão de literatura, o acesso aberto constitui um dos principais recursos em repositórios digitais para o acesso de informações científicas disponíveis na internet, concedendo acesso irrestrito aos documentos disponibilizados.

A Biblioteca Digital do Ministério da Economia é um repositório institucional que foi elaborado visando o acesso ao acervo digital do órgão em acesso aberto, para compreender as estratégias utilizadas é necessário conhecer a biblioteca, tal como seus objetivos e a maneira que foi implementada no âmbito do Ministério da Economia.

### **5.1 Apresentação da BDME**

De acordo com a Lei 13844/2019, Ministério da Economia é o resultado da união dos ministérios:

- Ministério da Fazenda;
- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e
- Ministério do Trabalho.

Sendo assim, a Biblioteca do Ministério da Economia registra, preserva dissemina a produção relacionada a esses 4 órgãos públicos que compõe o Ministério da Economia. Ela também contribui para ampliar a capacidade da administração pública disponibilizando conteúdo para os servidores. Além disso, a biblioteca é um

espaço que acolhe as pessoas e respira conhecimento, motivo que a torna um dos locais mais utilizados pelos servidores e visitantes (BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2021).

Grande parte da produção do ministério se encontra na biblioteca, incluindo assuntos como: políticas públicas, economia política, finanças, direito público, orçamento, administração pública e planejamento.

Além do espaço físico, a biblioteca oferece acesso digital aos conteúdos disponibilizados, principalmente através da Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME).

A Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME) é uma plataforma online desenvolvida e criada pela equipe de Tecnologia da Informação da Universidade de Brasília (UnB) em virtude do Termo de Execução Descentralizada (TED), firmado entre o Ministério da Economia (ME) e a Faculdade de Tecnologia (FT) da UnB. Iniciada no ano de 2018 e instituída em 2019 por meio da Portaria SE/ME nº 11.328, de 21 de novembro de 2019, a BDME preza pelo livre acesso à informação, pela preservação da memória institucional do Ministério da Economia e pela divulgação de materiais científicos produzidos pelo próprio órgão (MANUAL DA BDME, 2021).

Conforme mencionado na revisão de literatura, a biblioteca digital, necessita de alguns elementos para sua constituição e assim ser caracterizada com tal, como utilização de software na sua elaboração e uso de licença. Dessa forma, a BDME utiliza o *software Dspace* para a construção do seu repositório e organização da informação, a plataforma da biblioteca dispõe de uma fácil acessibilidade, dispondo seus assuntos de acordo com a biblioteca física.

Além disso, a BDME adota a licença *Creative Commons* – (CC BY-NC-ND) que regula o uso da cópia, distribuição ou modificação de uma obra, para disponibilizar conteúdos digitais, proibindo o uso comercial.

## **5.2 Objetivos da BDME**

Como disposto no Art. 5º da Portaria SE/ME nº 11328/2019, os objetivos da BDME são:

I - Captar, organizar, preservar, difundir, gerenciar e disponibilizar a produção técnica e científica do Ministério da Economia, segundo padrões internacionais para compartilhamento de informações em rede;

II - Ampliar a visibilidade e o acesso à pesquisa técnica e científica desenvolvida pelas unidades do Ministério da Economia em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - Contribuir para a interação de toda a produção do Ministério da Economia em rede;

IV - Preservar e armazenar a memória institucional do acervo de interesse do Ministério da Economia; e

V - Promover a rapidez na recuperação de informações governamentais.

Ademais, a missão da BDME é organizar e preservar a memória documental do Ministério da Economia (ME), promover o acesso, a recuperação e a disseminação da informação de forma a contribuir para a consolidação do campo do conhecimento e para o desenvolvimento profissional dos dirigentes e servidores públicos na melhoria da gestão pública (MANUAL DA BDME, 2021).

### **5.3 Implementação da BDME**

A etapa de implementação de um repositório institucional compreende tanto a dimensão tecnológica quanto dimensões de gestão desses sistemas, como exposto na revisão de literatura, a implementação de um RI visa facilitar a comunicação científica, demonstrando sua eficácia e relevância como um serviço em prol dos usuários e do movimento de acesso aberto.

O projeto da BDME foi executado para atender todos aqueles que necessitam de informações relacionadas ao órgão do Ministério da Economia de qualquer lugar, utilizando uma rede de internet. Através da entrevista feita com dois responsáveis pela biblioteca digital: a bibliotecária chefe do ME e pesquisador na área de tecnologias da informação, foi possível compreender como ocorreu a implementação da BDME.

Segundo o pesquisador da área de informática da Universidade de Brasília participante do Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado com a Ministério

da Economia, a BDME utilizou a versão 6.3<sup>16</sup> do *Dspace* na construção do repositório, nesse software, houve a customização da estrutura do Formulário (*input-forms.xml*) para atendimento das necessidades da Biblioteca do Ministério da Economia - ME, a alterações de interface, por meio de padrões de usabilidade do Governo Federal, assim como atualização de serviços específicos de consulta aos dados e implementação do *Harvesting* para coleta de objetos digitais externos à BDME. O pesquisador também relatou o uso de dois API<sup>17</sup> no sistema, primeiro a implementação de ferramenta de segurança Google *Captcha* v2.0 e segundo o protocolo OAI-PMH para estrutura de *Harvesting* (Configuração e customização de funções internas). No que se refere ao módulo de estatística, a biblioteca utilizou a estrutura padrão do *Dspace*.

Em relação aos metadados, o pesquisador relatou que a BDME usa o padrão *Dublin Core Standards* e metadados personalizados a partir das necessidades da Biblioteca do Ministério da Economia – ME.

Sobre as atualizações que ocorreram na biblioteca digital desde o início da sua implementação, o pesquisador listou a:

1. Atualização de Versão da Ferramenta;
2. Atualização de Bibliotecas Java internas;
3. Atualização da Interface conforme padrões de Governo;
4. Atualização de banco de dados;
5. Atualização da arquitetura do serviço de entrada de objetos digitais e seus respectivos metadados.

E sobre as dificuldades encontradas em relação a implementação e desenvolvimento do sistema, ele listou:

1. Tecnologia pouco atual;
2. Complexidade de abstração das ferramentas utilizadas;
3. Sem documentação de qualidade em português;
4. Curva de aprendizado da Arquitetura de difícil entendimento;

---

<sup>16</sup> Encontrada para download disponível em: <<https://duraspace.org/dspace/download/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

<sup>17</sup> Extensões dentro do sistema *Dspace* que permitem desenvolver uma nova interface para o repositório.

Sobre o histórico da BDME, a bibliotecária chefe do Ministério da Economia relatou que: a biblioteca digital teve seu início no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). A então Diretoria de Planejamento e Gestão do MP estabeleceu no Planejamento Estratégico (2016-2019) que um dos objetivos era aprimorar a gestão da informação. Assim, a Biblioteca do MP e a Equipe da UnB trabalharam juntas para construção de um Repositório Institucional. Esse RI, inicialmente do MP, foi customizado pela Equipe da UnB em consonância com a Biblioteca do Planejamento.

Foram selecionados documentos disponíveis no portal do Planejamento na época e no acervo físico da Biblioteca que foram digitalizados. Bem como, a produção intelectual dos servidores, cujos trabalhos de conclusão de curso foram custeados pela Instituição.

Sobre a arquitetura de informação, a BDME se encontra organizada em comunidades, subcomunidades e coleções definidas pela biblioteca em acordo com a coordenadoria COGED<sup>18</sup>, a qual a biblioteca é subordinada. Com relação ao gerenciamento da informação, a bibliotecária chefe é a responsável pelo fluxo de trabalho, contando com o auxílio dos servidores e do bibliotecário do extinto Ministério do Trabalho, o depósito dos documentos é, atualmente, feito por duas pesquisadoras e estudantes de biblioteconomia da UnB, onde os arquivos passam por uma análise prévia dos responsáveis pela BDME e se aprovados são inseridos na base.

Como previsto no manual da BDME, para serem aceitos pela biblioteca, os documentos deverão ser elaborados pelas unidades do Ministério da Economia e enviados por meio digital, nos seguintes formatos: PDF, *Power point*, Excel, vídeo, imagem e/ou fotos para o e-mail da biblioteca: biblioteca@economia.gov.br.

A implementação e utilização da BDME por parte do ME como ferramenta de tecnologia da informação, garante a preservação do conhecimento gerado pela instituição de forma mais dinâmica e acessível a todos. Como ferramentas em constante atualização, os repositórios institucionais, tal como a própria BDME, necessitam de avaliações constantes garantido o bom desempenho do sistema e de suas funcionalidades.

---

<sup>18</sup> COGED: Coordenadoria de Gestão de Documentação e Informação.

O capítulo a seguir visa analisar a implementação e o desempenho da BDME a partir de indicadores de avaliação.

## **6 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA (BDME) DE ACORDO COM AS ESTRATÉGIAS DE ACESSO ABERTO**

Nesse capítulo, será apresentado o resultado da avaliação da Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME) em virtude das estratégias de acesso aberto. A análise do repositório foi elaborada a partir das categorias de: gestão, política e tecnologia conforme os indicadores de avaliação para Repositório Institucional previamente selecionados na Tabela 3.

Visando organização da apresentação dos resultados obtidos, os indicadores de avaliação atuaram como um *checklist*, para a verificação e o controle de itens a serem analisados.

### **6.1 Gestão da Biblioteca Digital do Ministério da Economia**

O âmbito de gestão de uma biblioteca digital em acesso aberto, como descrito na revisão de literatura, diz respeito ao gerenciamento da informação e da visibilidade da produção científica da instituição.

Para a análise dessa categoria no ambiente da BDME, foram utilizados os 10 critérios de avaliação divididos em 3 categorias: conteúdo, organização e povoamento, expostos na tabela 4.

#### **6.1.1 Conteúdo**

Na dimensão de conteúdo, o primeiro indicador de avaliação refere-se ao volume de documentos depositados no repositório. Segundo Costa e Leite (2017 *apud* LYNCH; LIPPINCOTT, 2005), esse indicador é um dos aspectos que demonstram os o sucesso e os desafios desenvolvimento do RI, tanto diante de outros sistemas de informação quanto em relação aos objetivos de acesso aberto.

Para a verificação da quantidade total de documentos inseridos no repositório, foram analisadas as informações disponíveis no próprio RI, no caso, a BDME. A estatística da biblioteca demonstrou, como resultado, que atualmente o repositório apresenta 918 documentos inseridos (Figura 4).

Figura 4 – Número de itens da BDME

**Archive Information**

[Top](#)

Content Type	Number of items
All Items	918

Fonte: BDME, 2021.

O segundo indicador diz respeito ao tipo de documentos presente no repositório, de acordo com a literatura, os repositórios institucionais de acesso aberto lida com a informação científica produzida por determinada instituição. Algumas das principais tipologias de documentos inseridas nesses sistemas são: artigos científicos, teses e dissertações, documentos administrativos, livro e capítulo de livro, publicações multimídias, materiais de divulgação científica.

Devido à falta de filtro de busca por tipo de documento no repositório da BDME, esse indicador foi analisado com base na investigação dos registros de metadados dos itens presentes na biblioteca digital como resultado obteve-se 18 classificações de tipo de documentos, descritos na Tabela 4.

Tabela 4 – Tipos de documentos da BDME

TIPOS DE DOCUMENTOS PRESENTES NA BDME	
1. Publicação	10. Apresentação
2. Periódico	11. Boletim
3. Produção Intelectual	12. Cartilha
4. Portaria	13. Lei
5. Decreto	14. Relatório
6. Relato de experiência	15. Produção científica
7. Guia	16. Legislação
8. Manual	17. Informativo
9. Norma técnica	

Fonte: Autoria Própria.

Apesar de todos os documentos contidos na BDME atenderem com os objetivos de preservação da memória institucional e auxiliarem o Ministério da Economia com o cumprimento da Lei de Acesso à Informação<sup>19</sup> imposta ao órgão, a biblioteca digital apresenta apenas uma comunidade denominada “produção intelectual e acadêmica” com uma coleção denominada “teses e dissertações”, essa coleção apresenta 89 documentos inseridos, em comparação com os 918 documentos totais, a coleção representa menos de 10% do repositório. A falta de filtro de busca por tipo de documentos, consequentemente ocasionou a falta de informação sobre a quantidade de documentos por tipos identificados, impossibilitando o reconhecimento de mais documentos descritos em seus metadados como produção científica.

Para estar dentro do escopo do acesso aberto é necessário que a maioria dos documentos presentes no RI seja do tipo produção intelectual e científica, pois, esses são considerados relevantes para o avanço da estratégia de acesso aberto da via verde que, como descrito na revisão de literatura, propõe a disponibilização de documentos científicos em RIs.

<sup>19</sup> BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

O terceiro indicador dessa dimensão avalia a cobertura do tema ou assunto do RI. Para a investigação desse indicador, foi utilizado informações retiradas da própria BDME, onde, no repositório é apresentado a opção de “navegação por assunto”, lá se encontra todos os assuntos disponíveis da biblioteca e suas respectivas quantidades de documentos, atualmente constam 590 categorias de assunto dispostos em ordem alfabética (Figura 5).

Figura 5 – Assuntos presentes na BDME

Navegando por Assunto

Ir para: 0-9 A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

ou entre com as primeiras letras:

Ordem:  Resultados/Página:

Mostrando resultados 1 a 20 de 590 Próximo >

Acessibilidade	1
Acesso à informação	3
Acidente de trabalho, Auditor Fiscal do Trabalho, saúde no trabalho.	1
Acidente no trabalho, segurança no trabalho, análise de acidentes.	1

Fonte: BDME, 2021.

Nessas categorias, o assunto que mais comporta documentos dentro da BDME é orçamento público com 112 itens, porém, o alto número de documentos por assunto não significa uma alta cobertura de informação científica sobre ele. Ainda que seja o mais povoado de documentos, o assunto orçamento público possui apenas 2 documentos que constam como descritos em seus metadados como produção científica o resto trata de publicações, manuais e relatórios técnicos. Essa análise demonstrou uma fraca atuação desse repositório em virtude dos pontos de acesso aberto que tratam do aumento da produção e publicação de conhecimento científico, assim exemplificados pelos indicadores de avaliação para Repositório Institucional.

Por fim os dois últimos indicadores da categoria são textos completos e acesso aberto, eles se referem a disponibilização do conteúdo completo dos documentos descritos em acesso aberto, especificando o tipo de licença utilizado pelo item. Para a verificação desse indicador, foram utilizadas informações retiradas do próprio repositório.

Para o primeiro indicador, foi constatado pela equipe da BDME que não é possível submeter um item sem a inclusão do seu respectivo texto, pois configura como uma etapa da inserção de documentos imposto pelo próprio sistema, além disso, a biblioteca utiliza a forma de depósito completo, dessa forma, os textos completos dos documentos a serem inseridos precisam ser enviados para os responsáveis pela biblioteca digital onde serão avaliados antes de serem inseridos. De acordo com informações encontradas tanto na página “sobre” e nos metadados dos itens cadastrados na biblioteca digital (Figura 6), são aplicados nas obras presentes no repositório a *Creative Commons* – (CC BY-NC-ND), que “regula o uso da cópia, distribuição ou modificação de uma obra, para disponibilizar conteúdos digitais” (BDME, 2021), permitindo o acesso aberto aos conteúdos com menos restrições porém preservando os direitos dos autores, como previamente descrito na revisão de literatura.

Figura 6 – Registro da licença aplicada ao item da BDME

Registro completo de metadados		
Campo DC	Valor	Idioma
dc.rights.license	Creative Commons - Atribuição - CC BY	-
dc.contributor.author	Fernandes, Maria Aparecida dos Santos	-

Fonte: BDME, 2021.

Aderindo ao uso das licenças de *Creative Commons* que são, como ressaltado na revisão de literatura, licenças criadas por uma organização sem fins lucrativos que visam permitir um uso mais amplo das obras de autores sem desprezar os direitos autorais, também recomendadas pela declaração de acesso aberto de Budapeste que afirmam ser “a licença ideal para a publicação, distribuição, uso e reutilização de trabalho acadêmico”, a BDME propicia aos seus usuários um acesso e utilização mais flexível das suas produções científicas.

A próxima categoria de avaliação de gestão vai tratar da organização do repositório e suas características em relação ao acesso aberto.

### 6.1.2 Organização

A organização de um repositório institucional de acesso aberto depende da tecnologia escolhida para sua elaboração, alterando as características da plataforma de acordo com as necessidades da biblioteca digital e da instituição a qual ela pertence.

O primeiro indicador de avaliação dessa dimensão verifica a disposição dos conteúdos no repositório. Baseado nas informações do próprio repositório, pode-se constatar que a BDME apresenta a disposição dos seus conteúdos em comunidades (Figura 7) com suas respectivas subcomunidades e coleções.

Figura 7 – Comunidades da BDME



Fonte: BDME, 2021.

O emprego dessa forma de organização de conteúdo é propiciado pelo software utilizado pela biblioteca para a construção de seu repositório, o *Dspace*. A partir desse *software*, a estrutura informacional do RI é apresentada de forma hierárquica, onde os itens são subordinados as coleções, as coleções subordinadas as subcomunidades, as subcomunidades subordinadas as comunidades, essa última representado o mais alto nível da hierarquia de organização de conteúdo em um repositório que utiliza o *Dspace* em sua construção.

A BDME provê um acesso fácil, de forma intuitiva a todos tipos de objetos digitais, sua disponibilização dos documentos organizados em comunidades e coleções e quais seriam elas foi, como informado pela bibliotecária chefe, definida em comum acordo entre a biblioteca e a coordenação que chefia a biblioteca visando a utilização de uma estrutura que melhor atendesse os interesses informacionais da instituição. Outra possibilidade de organização de conteúdo assegurado pela BDME é a configuração dos filtros de busca demonstrada na Figura 8.

Figura 8 – Página de busca da BDME

### Página de Busca

Buscar em:  ▼

por

**Adicionar filtros:**

Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

▼  ▼

Resultados/Página  ▼ | Ordenar registros por  ▼ Ordenar  ▼

Registro(s)  ▼

Fonte: BDME, 2021.

Os filtros de busca são responsáveis por refinar o resultado de busca, permitindo ao usuário um melhor resultado da sua pesquisa. A BDME apresenta filtros de busca por título, assunto, autor e data de publicação, sendo esses três últimos importantes indicadores para a análise de quantidade de itens por assunto, autor e data, demonstrando então, o aumento e diminuição de produções inseridas no repositório do acordo com cada uma dessas categorias. A falta do filtro de busca por tipo de documento nessa biblioteca representou uma falta do repositório em fornecer informações sobre quais itens estão disponíveis no sistema da BDME, impossibilitando a avaliação referente a quantidade de documentos por tipos, mencionada anteriormente na análise de tipos de documentos.

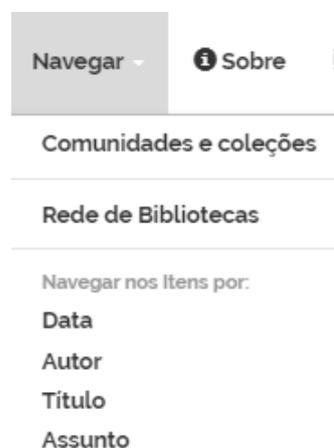
Ao proporcionar essa avaliação quantitativa, os filtros de busca se configuram como uma ferramenta de auxílio para o sistema de informação analisar seu desempenho de acordo com as estratégias de acesso aberto que, visa uma disponibilização crescente de documentos científicos em acesso aberto dentro de um RI.

Por apresentar uma disposição de conteúdo semelhante a outros repositórios que utilizam o software Dspace em sua elaboração, a BDME contribui com uma melhor gestão da informação em acesso aberto, ideal para padronização entre os repositórios e para tornar a interoperabilidade entre sistemas mais eficiente, esse será mais bem definido na parte que trata sobre a avaliação de tecnologia.

Os dois próximos e últimos indicadores de avaliação da organização se referem a personalização da plataforma e aos tipos de navegação possíveis dentro do repositório. Para avaliar do primeiro indicador, foi usado como informação a interface da BDME, ela apresenta como personalização a apresentação de submissões recentes e uma nuvem de palavras que contam com os assuntos mais mencionados no repositório a partir do tamanho da grafia (quanto maior mais documentos sobre determinado assunto), contribuindo para a divulgação das informações mais atualizadas e mencionadas na BDME.

Em relação aos tipos navegação, a BDME permite através de: comunidades e coleções, rede de bibliotecas e por itens, esse último inclui data, autor, título e assunto como demonstrado na Figura 9.

Figura 9 – Tipos de navegação da BDME



Fonte: BDME, 2021.

Essa última forma de navegação, também atua como um filtro de pesquisa, onde o resultado da busca por itens na biblioteca digital é mais direcionado a partir das necessidades informacionais dos usuários.

### 6.1.3 Povoamento

A forma de alimentação de um repositório institucional também é uma característica importante da via verde, são consideradas duas maneiras de alimentação de conteúdo em um RI. A primeira, prevista pela declaração da Iniciativa de Budapeste em Acesso Aberto descrevia o povoamento dos RIs a partir do auto arquivo onde os próprios autores submetem seus trabalhos no sistema de informação, a segunda forma é o depósito mediado, onde a biblioteca atua como intermediária do depósito da produção científica. Através do indicador de avaliação de povoamento é possível verificar a estratégia de depósito dos documentos no repositório.

De acordo com informações obtidas através da bibliotecária chefe, a BDME utiliza o depósito mediado, onde o bibliotecário e equipe responsável se responsabilizam pela inclusão de itens. Os documentos são avaliados de acordo com os requisitos necessários para serem inseridos no repositório, os critérios de avaliação da biblioteca incluem diversas categorias de documentos e não apenas as consideradas relevantes para as estratégias de acesso aberto, como anteriormente descrito na avaliação de tipos de documentos.

O próximo aspecto a ser analisado, seguindo a ordem dos indicadores de avaliação de Repositório Institucional são as políticas existentes que regem a biblioteca digital.

## 6.2 Políticas da Biblioteca Digital do Ministério da Economia

A existência de políticas para reger a execução e o desenvolvimento dos repositórios institucionais é um dos indicadores de avaliação que se apresentam em comum acordo entre os autores, como explicito na revisão de literatura.

Para a análise dessa categoria, foram selecionados 6 indicadores que contam com os principais tipos desses documentos. O primeiro a ser verificado é a política do repositório da instituição disponível que trata da disponibilidade do ato normativo que instituiu a biblioteca no ambiente do repositório.

A BDME apresenta na aba “sobre” um *hiperlink* que é direcionado para uma nova página apresentando o conteúdo da Portaria nº 11.328, de 21 de novembro de 2019 que institui a Biblioteca Digital no âmbito do Ministério da Economia (Figura 10).

Figura 10 – Ato normativo que institui a BDME



Fonte: BDME, 2021.

Esse documento dispõe sobre as finalidades, estruturação e objetivos da BDME. Apesar do documento não se referir as estratégias de acesso aberto diretamente, ele descreve a biblioteca digital dessa instituição como uma ferramenta de acesso livre que visa “disseminar a informação técnica e científica gerada na produção do conhecimento pelas unidades integrantes do Ministério da Economia”.

O segundo indicador trata da existência de uma política de indexação, um documento que apresenta diretrizes que rege o processo de indexação dentro de um sistema de informação. Para a verificação desse indicador foi utilizada informações fornecidas pelos responsáveis pela BDME, que confirmaram a inexistência tanto de uma política de indexação quanto da construção de uma. A falta dessa política pode acarretar o prejuízo do funcionamento do repositório em decorrência do tratamento da informação, dificultando a recuperação e o acesso da informação.

Como terceiro indicador, foi selecionado a existência de uma política de preservação de conteúdo que trata da preservação e acesso aos documentos digitais. De acordo com informações também fornecidas pelos responsáveis pela BDME, apesar de ser um dos objetivos presente na própria portaria, a biblioteca digital não

possui e nem se encontra em construção nenhuma política formalizada que disponha da preservação dos seus conteúdos. A inexistência de uma política que se comprometa com a preservação dos documentos em acesso aberto pode acarretar problemas relacionados aos objetivos do repositório a longo prazo.

Para o quarto indicador, foi verificada a existência de uma política de direitos autorais que visa controlar as questões de direitos autorais dos documentos e publicações no repositório. Como previamente informado, a BDME utiliza o conjunto de licenças Creative Commons – (CC BY-NC-ND) para tratar dos meios legais envolvendo o acesso e uso do documento. Essa informação consta na aba “sobre” do repositório como demonstrado na Figura 11.

Figura 11 – Direitos autorais da BDME



Fonte: BDME, 2021.

O uso dessa licença, como abordado antes, é recomendado pela literatura científica referente ao acesso aberto e é um dos critérios que contribuem para o uso e disseminação da comunicação científica.

O quinto indicador trata da existência de uma política de estudo de usuário que disserte sobre as necessidades informacionais dos usuários do repositório. Segundo informações cedidas pelos responsáveis pela BDME, a política de estudo de usuário se encontra em fase de construção juntamente com a política de desenvolvimento de coleções, um documento que trata da organização do conhecimento e do acesso às coleções do acervo digital. O desenvolvimento dessa

política garante ao repositório subsídios para atender as necessidades informacionais em acesso aberto dos seus usuários.

Por fim, o último indicador a ser avaliado na categoria de política diz respeito a existência política de funcionamento que trata de aspectos de inserção de documentos, acesso e uso do repositório. Também partindo de informações fornecidas pelos responsáveis pela BDME, foi relatado a existência tanto do manual da Biblioteca Digital do Ministério da Economia que descreve as características e funcionamento da biblioteca digital em questão, quanto um manual Dspace aplicado na Biblioteca Digital do Ministério da Economia que apresenta o uso do software e suas características a partir da navegação pelo ambiente da BDME, ambos os documentos estão na fase de diagramação para posteriormente serem publicados. Esse documento é importante para guiar os usuários dentro do ambiente do repositório e definir as características como uma biblioteca digital de acesso aberto.

O próximo critério da biblioteca digital a ser analisado, de acordo com o instrumento de avaliação de Repositório Institucional trata da tecnologia utilizada para a elaboração do sistema de informação.

### **6.3 Tecnologia da Biblioteca Digital do Ministério da Economia**

A categoria de tecnologia versa sobre o uso de ferramentas para a construção do repositório e suas características. Os indicadores dessa categoria avaliam o software utilizado pelo repositório e sua função de interoperabilidade.

Para analisar o indicador de *software*, foram utilizadas informações fornecidas pelo pesquisador da área de informática e a análise próprio repositório da BDME, que constatou o uso de do *software Dspace* na construção do repositório. Como descrito pelo pesquisador de TI, a BDME utiliza a versão 6.3 do *Dspace* e a esse *software* foi aplicado a algumas customizações dentro do sistema para melhor atender as necessidades da Biblioteca do Ministério da Economia, como a estrutura do Formulário (input-forms.xml) e implementação do *Harvesting*, previamente descrito na seção de implementação da BDME.

Como informado na revisão de literatura, o *Dspace* é uma ferramenta para construção de repositórios digitais de código fonte aberto, ou seja, está disponível

para *download* para qualquer pessoa. Por ser facilmente adaptável, ela que permite o armazenamento e gerenciamento de informações técnicas e científicas em ambiente digital, contribuindo para o acesso aberto e seu objetivo de aumentar a comunicação científica por meio da divulgação de informação científica em sistemas especializados, como os RIs e bibliotecas digitais.

O segundo indicador de avaliação de tecnologia aborda a interoperabilidade do sistema, para a avaliação desse indicador, foi utilizado informações fornecidas pelo OAI-PMH validator, uma ferramenta de validação e extração de dados gratuita que fornece um relatório sobre a funcionalidade de protocolo e busca apoiar operadores e desenvolvedores de repositórios digitais, automatizando a coleta e validação de serviços OAI-PMH.

O teste da coleta nessa ferramenta foi feito através da URL: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/oai/request>, que atestou o uso da versão 2.0 do protocolo OAI-PMH por parte da BDME. Como resultado no relatório, foi identificado o comando geral do protocolo da biblioteca digital, porém foi relatado que os registros são coletados em XML, pois apesar da biblioteca está configurada para a coleta OAI em outros padrões como o *Dublin Core*, ela ainda apresenta um erro nos metadados que não permite encontrar um comando OAI-PMH válido, de acordo com o validador.

O OAI-PMH é o protocolo que atua como um mecanismo para a coleta de registros de metadados com baixo custo na interoperabilidade e por isso denota um importante indicador de avaliação para as estratégias de acesso aberto.

## **CONCLUSÃO**

Buscando se adaptar ao ambiente digital e acompanhar os grandes avanços tecnológicos da atualidade, as bibliotecas tradicionais usam ferramentas de tecnologia e computação para melhorar os seus serviços de catalogação, organização e armazenamento de documentos, desenvolvendo, assim, sua própria estrutura no meio online. Ao aderir a iniciativa de acesso aberto, a criação de bibliotecas digitais por parte das instituições conferiu uma disseminação e uso da informação gerada por elas de forma gratuita e dinâmica, melhorando o fluxo informacional.

O presente trabalho teve como objetivo geral avaliar, a partir das considerações acerca das iniciativas para o acesso aberto, o desempenho da Biblioteca Digital do Ministério da Economia. Para atender esse objetivo, foi necessário identificar os requisitos necessários para uma biblioteca digital ser considerada de acesso aberto, entender os requisitos implementados na criação da BDME e por fim, avaliar a Biblioteca Digital do Ministério da Economia (BDME) a partir de instrumentos de análise dos repositórios de acesso aberto.

A identificação das características de uma biblioteca digital de acesso aberto foi realizada após analisar na literatura científica, as definições dos termos acesso aberto, biblioteca digital e repositório institucional e por fim, avaliação de repositório institucional. Essa investigação demonstrou a forma que a bibliografia de acesso aberto apresenta aos interessados na criação desses sistemas, a configuração necessária para atender com as estratégias do movimento de disponibilização da informação científica na internet para ser acessada e utilizada por qualquer pessoa, contribuindo para a disseminação da ciência.

Sobre a gestão, os resultados da avaliação demonstraram que a biblioteca digital em questão apresenta um bom fluxo de informação condizentes com a sua finalidade de preservação e promoção da memória institucional, possui uma alta cobertura de assuntos que são de responsabilidade do Ministério da Economia atendendo, assim, da melhor forma as necessidades de um usuário e também utiliza o conjunto licença *Creative Commons* para os seus documentos, o que facilita o acesso e uso das informações disponíveis na BDME. Porém, ao aplicar o fator de disponibilização de produção acadêmica e científica de uma instituição, como é disposto nas declarações e manifestos do contexto do acesso aberto, a BDME demonstrou uma baixa adesão a esse tipo de documento, apresentando um baixo número em relação a outros tipos de documentos, principalmente informações técnicas.

Em relação as políticas, a avaliação da biblioteca digital apontou que, dentre os 6 indicadores, que apresentavam os principais tipos de política necessários para nortear um repositório instrucional, a BDME demonstrou a existência de três políticas, a construção de uma política juntamente com outra que não entrou nos critérios de avaliação e a inexistência de duas políticas. A política do repositório institucional que

representa o ato normativo que institui a biblioteca, a política de direitos autorais e a política de funcionamento do repositório são as constam como existente na BDME, essas políticas são responsáveis por guiar as atividades da biblioteca digital em questão, atuando como elemento fundamental desse sistema em virtude dos objetivos de disseminação e utilização das informações contidas no repositório de acesso aberto.

A construção de novas políticas para aplicação no repositório institucional conta como um fator positivo para a biblioteca digital, pois demonstram o interesse dos gestores do repositório em regular o sistema de informação. A BDME apresenta em construção as políticas de estudo de usuários e a política de desenvolvimento de coleções. Já ausência das políticas de indexação e de preservação de conteúdo é configura um déficit da BDME nas áreas que regulam a recuperação e preservação dos documentos disponíveis no repositório.

Por último, a tecnologia avaliou o *software* utilizado pela biblioteca e a interoperabilidade do repositório, como resultado, foi revelado o uso do *software Dspace* e do protocolo de interoperabilidade OAI-PMH. Ambas as ferramentas se constituem como instrumentos tecnológicas competentes para atender com as estratégias de acesso aberto, auxiliando a comunidade científica a ter um melhor acesso a informações disponíveis em repositórios institucionais de acesso aberto.

Os repositórios digitais representam um grande avanço tecnológico para as bibliotecas, sendo uma nova maneira de organizar, estruturar, apresentar e distribuir informações presentes nesse organismo. Com o movimento de acesso aberto, que instiga as instituições a conceder acesso online de forma gratuita da sua produção científica, diversos sistemas de informação, sendo ele biblioteca digital ou repositório institucional foram desenvolvidos para melhorar o acesso e a gestão a informação científica.

A BDME também foi criada visando um melhor tratamento da informação disponível no Ministério da Economia, buscando seguir a tendência do movimento de acesso aberto. O problema de pesquisa do presente trabalho é respondido à frente do fato de, apesar de não dispor de todos os requisitos que configurem a BDME como uma ferramenta de pleno funcionamento em razão das estratégias de acesso aberto, a biblioteca digital apresenta sua importância ao movimento ao se caracterizar e

buscar orientar o seu desenvolvimento como um repositório de acesso aberto que garante a propagação de informação aberta.

O atual trabalho contribuiu para a compreensão da realidade da Biblioteca Digital do Ministério da Economia em relação aos conceitos e características da iniciativa de acesso aberto, demonstrando as oportunidades da biblioteca por estar localizada em um órgão de cuja as informações são importantes para todos os cidadãos e por contar com profissionais capacitados para lidar com esse tipo de sistema de informação, e também apresentando as ameaças do repositório em relação a sua gestão e falta de políticas, sendo essas, questões que devem ser tratados para atender com os parâmetros da iniciativa.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIATION of Research Libraries. **Definition and Purposes of a Digital Library**. October 23, 1995. Disponível em: <<http://yunus.hacettepe.edu.tr/~tonta/courses/fall99/kut655/DL-definition.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

AUTRAN, Marynice Medeiros Matos; BORGES, Maria Manuel. Comunicação da ciência:(r) evolução ou crise? **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 8, n. 2, 2014.

BORGES, Maria Manuel Marques. **A Biblioteca Digital: da imaginação em exercício ao exercício da imaginação**. Páginas a&b: arquivos e bibliotecas, n. 7, p. 7-67, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159,

de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Resolução CFB nº 240, de 30 de junho de 2021**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas digitais. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cfb-n-240-de-30-de-junho-de-2021-330702470>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da informação**, v. 29, p. 33-39, 2000.

CASAL, Celvio Derbi. A biblioteca universal: uma história do ideal da acumulação de conhecimento. 2011.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Penso; 2010.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias**, v. 34, p. 428-431, 2007.

COSTA, Michelli. **Características e contribuições da Via Verde para o acesso aberto à informação científica na América Latina**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/15687?mode=full>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica. 178 p. Brasília: **IBICT**, 2017.

COSTA, Sely. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da informação**, v. 35, p. 39-50, 2006.

COSTA, S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. Approaches, strategies and tools for open access through journals and institutional repositories *In: Brazilian Liinc em Revista*, [S. l.], v. 4, n. 2, 2008. DOI: 10.18617/liinc.v4i2.281. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3175>>. Acesso em: 13 set. 2021.

COSTA, S. M. S.; KURAMOTO, H.; LEITE, Fernando César Lima. Acesso aberto no Brasil: aspetos históricos, ações institucionais e panorama atual. *In*: RODRIGUES, E.; SWAN, A.; BAPTISTA, A. A. (Org.). **Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo**. Braga: Universidade do Minho, Serviços de Documentação, 2013. p. 133-150. Disponível em: <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/26144/3/RepositoriUM\\_10anos.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/26144/3/RepositoriUM_10anos.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2021.

COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. *In*: SAYÃO, L. F. et al. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. p. 163-202. Salvador: EDUFBA, 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 13, p. 2-17, 2008.

DAWSON, Patricia H.; YANG, Sharon Q. Institutional repositories, open access and copyright: what are the practices and implications? **Science & Technology Libraries**, v. 35, n. 4, p. 279-294, 2016.

DE CANEDA QUEIROZ, Daniela Gralha; DE MOURA, Ana Maria Mielniczuk. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, v. 21, n. 3, p. 26-42, 2015.

DE SOUZA FILHO, Agenor Leandro et al. Importância dos Repositórios Institucionais na Preservação Intelectual. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 2012.

FAUSTO, Sibele. Evolução do Acesso Aberto – breve histórico. 2013. **SciELO em Perspectiva**, 2013. Disponível em: <<https://blog.scielo.org/blog/2013/10/21/evolucao-do-acesso-aberto-breve-historico/>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FEDERATION, D. L. **A working definition of digital library**. 1998. Disponível em: <<https://old.diglib.org/about/dldefinition.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

FURNIVAL, Ariadne Chloe; HUBBARD, Bill. Acesso Aberto às Publicações Científicas: vantagens, políticas e advocacy. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 2, p. 160-177, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUÉDON, Jean-Claude. **Open access:** Toward the internet of the mind. 2017. Disponível em: <<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai15/Untitleddocument.docx>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GUERREIRO, Dália Maria Godinho. **Bibliotecas Digitais para as Humanidades:** novos desafios e oportunidades. 2018.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A Documentação no Brasil: Primórdios de sua Inserção no Brasil (1895-1920). In: **III Seminário Hispânico-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade**. 2014.

LEITE, F. et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira:** repositórios institucionais de acesso aberto. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2009.

MARQUES, Fabrício. O futuro do acesso aberto. **Pesquisa FAPESP**, n. 245, 2016.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Biblioteca Digital do Ministério da Economia - BDME**. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2020 .

PALMA, Jessica Luciane et al. Avaliação de Repositórios Institucionais: proposta de padronização de critérios. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2018.

RIOS, Fahima Pinto; LUCAS, Elaine Rosangela Oliveira; AMORIM, Igor Soares. Manifestos do movimento de acesso aberto: Análise de Domínio a partir de periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 1, p. 148-169, 2019.

RODRIGUES, Eloy. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. 2004. **Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação**, n. 1, 2005.

RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira; RODRIGUES, António Moitinho. Indicadores de desempenho—ferramentas para avaliação de repositórios institucionais. In: **Actas do 11.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2012.

ROMANETTO, L. M.; FERREIRA, J. B.; SANTOS, P. L. V. A. C. Indicadores para a avaliação de repositórios digitais. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103491>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

SALAS, Josefina Moreno et al. Biblioteca digital. **Vida Científica Boletín Científico de la Escuela Preparatoria No. 4**, v. 7, n. 14, p. 1-5, 2019.

SALCEDO, Diego Andres et al. A disseminação da informação: o papel do bibliotecário-mediador. **Revista ACB**, v. 22, n. 1, p. 23-30, 2017.

SANTOS JUNIOR, Ernani Rufino dos. **Repositórios institucionais de acesso livre no Brasil: estudo delfos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2010. Disponível em: <<https://www.periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1977>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SANTOS, Rafael Antunes dos; CARDOSO, Roberto Carlos. Avaliação de repositórios institucionais: o Brasil no ranking webométrico. p. 1825-1839. *In: Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB*. 2013.

SAYÃO, Luis Fernando. Bibliotecas digitais e suas utopias. **PontodeAcesso**, v. 2, n. 2, p. 2-36, 2008.

SAYÃO, Luis et al. Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. **EDUFBA**, 2009.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. **Manual do DSPACE**: administração de repositórios. Salvador: Edufba, 2010. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/123456789/769/1/Manual%20do%20Dspace\(2\).pdf](http://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/123456789/769/1/Manual%20do%20Dspace(2).pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, Rosane Mendes da. **Avaliação de qualidade de repositórios institucionais**: o caso do repositório da ENSP. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) –Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24737/1/410.pdf>>. Acesso 13 out. 2021.

SOUSA FILHO, A. et al. Importância dos repositórios institucionais na preservação intelectual: em foco a gestão do conhecimento. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 2012.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. **Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação**. 2013.

TORINO, Ligia Patricia; TORINO, Emanuelle; PAIVA, Márcia Regina. Acesso Aberto à Informação colaboração e disseminação científica na web. *In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*. Campo Mourao, 2011.

WEITZEL, S. da R. O mapeamento dos repositórios institucionais brasileiros: perfil e desafios. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 24, n. 54, p. 105-123, 2019. DOI: 10.5007/1518-2924.2019v24n54p105. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p105>>. Acesso em: 4 ago. 2021.